



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

KAMILA ROCHA DOS SANTOS

**PARTICIPAÇÃO POLÍTICA E SOCIAL DA JUVENTUDE:
Publicações de 2007 a 2010.**

BRASÍLIA /DF

2011

KAMILA ROCHA DOS SANTOS

**PARTICIPAÇÃO POLÍTICA E SOCIAL DA JUVENTUDE:
PUBLICAÇÕES DE 2007 A 2010.**

Monografia apresentada ao Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília como exigência final para obtenção do grau de Bacharel em Sociologia

Orientador: Professor Carlos Benedito Martins

Brasília/DF, 20 julho de 2011

KAMILA ROCHA DOS SANTOS

**PARTICIPAÇÃO POLÍTICA E SOCIAL DA JUVENTUDE:
PUBLICAÇÕES DE 2007 A 2010.**

Monografia apresentada ao Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília como exigência final para obtenção do grau de Bacharel em Sociologia

Brasília, 20 de julho de 2011

Banca Examinadora

Prof. Dr. Carlos Benedito Martins

Profa. Dra. Maria Francisca Pinheiro Coelho

AGRADECIMENTOS

Ao Professor Carlos Benedito pela atenção na construção deste trabalho.

À minha família que me inspira a persistir.

Ao Flavio J. Mendes pelo amor, carinho e paciência. Obrigado por insistir que eu prosseguisse.

A Deus que me enche de força.

So don't you forget (no way) your youth, who you are and where you stand in the struggle.
Bob Marley

RESUMO

A orientação do jovem de hoje é a virtude da população de amanhã. Este trabalho se interessa em como está sendo tratada a participação política e social da juventude nos artigos produzidos entre 2007 e 2010 registrados no portal da CAPES. A abordagem se desenvolve orientada por conceitos como educação, juventude, política, cidadania, participação. Apesar dos 22 textos analisados não tratarem como tema central a participação política e social da juventude, todos descrevem perspectivas a respeito do tema. Assim a apresentação dos textos é dividida em cinco subtópicos no capítulo três: teoria; políticas públicas: períodos, governos e programas; experiências políticas e sociais da juventude; panorama brasileiro; e mídia e educação cidadã.

PALAVRAS-CHAVES: Juventude, Educação, Cidadania

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
Capítulo 1 METODOLOGIA.....	11
Capítulo 2 TRATANDO DE CONCEITOS E PERSPECTIVAS.....	16
Capítulo 3 - PARTICIPAÇÃO POLÍTICA E SOCIAL DA JUVENTUDE	24
3.1 Teoria	26
3.2 Políticas públicas: períodos, governos e programas	30
3.3 Experiências políticas e sociais da juventude	38
3.4 Panorama brasileiro	42
3.5 Mídia e educação cidadã.....	49
CONCLUSÃO.....	52
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	53

INTRODUÇÃO

Os indivíduos entre 15 e 24 anos estão em fase de desenvolvimento moral, social, psicológico, bem como estão na linha final do desenvolvimento físico, ou seja, suas transformações tanto externas quanto internas (mentais) estão, se não se pode dizer se concretizando, formando fundamentos os quais estarão presentes até o final da vida. Próximo da idade entre 15 e 20 anos ocorre a pós-puberdade, fase em que a sociedade presume mais responsabilidade do indivíduo por seus atos referentes a uma série de exigências da dinâmica social, como relações com o sexo oposto, formação da personalidade, escolha de carreira profissional. Trata-se de atitudes mais “maduras” correspondentes a um crescimento intelectual e independência dos indivíduos adultos. Após a adaptação ao novo corpo e à entrada em processos psíquicos da vida adulta, o indivíduo tem formado um guia para suas experiências futuras.

Nessa fase de desenvolvimento (de 15 a 24 anos) estima-se que os jovens estejam cursando o segundo grau (ensino médio) ou o ensino superior. Tanto no ensino médio como na faculdade, as pessoas são submetidas maciçamente a de exigências e conhecimentos novos. Conhecimentos esses científicos, culturais, morais, étnicos etc. As situações que passam a configurar exigem mais consciência diante de obrigações que dizem respeito a si, aos outros e àquilo que lhe é confiado. A partir dessas experiências e novos conhecimentos o indivíduo constitui seus valores capazes de influenciar e conduzir a ação.

Este trabalho parte do interesse no pressuposto de que indivíduos constituem, conforme as suas experiências, valores importantes para orientar suas ações. Valores esses adquiridos na vida socioeducacional. No que concerne às sociedades ocidentais contemporâneas, a produção de conhecimentos seja acadêmicos, seja não-institucionalizados passa usualmente por construções coletivas nas quais estão inseridos valores, linguagens, formas de se relacionar e de agir. Muitas vezes os valores coletivos geram virtude individual um sentimento de invasão levando o indivíduo a novos questionamentos. O gênero humano passa pela vida educacional para se desenvolver e se sociabilizar. Segundo Kant, para se desenvolver o ser humano tem que partir da educação uma vez que a educação é necessária para o desenvolvimento de toda a humanidade. O desafio nesse contexto é como orientar as séries de informação às quais cada pessoa será submetida.

A família é o primeiro contexto de instituição de educação enquanto a escola é o caminho para a formação profissional. A escola propicia um ambiente em que se processa

uma vida mais independente de relações afetivas, como a relação com os pais. “O sistema escolar age como todo sistema social e político. As relações construídas socialmente passam pelo conhecimento e pelo poder que podem incluir como excluir o ser de seu círculo de pertença” (GOULART, 1993). Logo, família e escola, preparam o futuro cidadão.

Em países em que a educação escolar é obrigatória como o caso brasileiro a instituição de ensino tem papel preponderante na formação educacional. Nesses contextos, fenômenos como o analfabetismo dizem respeito a uma série de aspectos sobre educação da realidade da nação. Índices como o esse, contribuem para a avaliação da educação de um país e possibilitam conhecer agentes reais influentes na qualidade da educação.

A família, a escola e a sociedade têm o papel de influenciar e contribuir para a formação da identidade do indivíduo e ainda são reguladoras dos comportamentos individuais. Os valores e as noções existentes, as relações políticas, sociais, econômicas, o sentimento de segurança são marcados pela formação integrada à diversidade sociocultural.

As opiniões, imagens e percepções são representações sociais e a tradução dos interesses dos atores sociais. Muitas vezes essas representações são vividas na face dos movimentos sociais, em reivindicações e ações políticas dirigidas ao Estado. Os movimentos sociais são formas coletivas de construção da cidadania. Os conceitos Estado e cultural, os quais repercutem representações coletivas, permitem a aproximação com a ação política e social dos indivíduos.

A ação política e social do indivíduo se baseia em fontes de valores como a família, a escola, o fazer político do Estado e também na cultura. Muito da educação do indivíduo advém da cultura. Tanto conhecimentos escolares e familiares são influenciados pela cultura e podem se originar nela. A influência da cultura na educação dos indivíduos está em ir além da experiência pessoal ou imediata, consiste em mostrar as diferenças entre os povos e as preferências de uma nação, descobrindo as riquezas da história e os valores fundamentais na formação humana.

Como os jovens apreendem valores políticos e sociais levando-os ao exercício cotidiano e como as instituições de ensino podem aproximar os jovens da participação política e social são questões que perpassam a temática juventude e educação. Este estudo tem como foco a maneira que as produções acadêmicas estão trabalhando ao que diz respeito a essas questões? Especificamente o problema deste trabalho é: como os artigos publicados entre 2007 e 2010 trabalham a formação política e social da juventude?

O objetivo desse estudo é constatar quais abordagens estão sendo feitas sobre a participação política e social da juventude no período entre os anos de 2007 e 2010. Serão

analisados estudos, monografias, teses e artigos registrados e disponibilizados no portal eletrônico da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) conduzidos por pesquisadores dos cursos de ciências sociais, sociologia, antropologia, ciências política, psicologia, serviço social e das áreas de educação: como pedagogia e letras.

Espera-se que os artigos possam de alguma maneira apresentar, contextualizar e percorrer o tema participação política e social dos jovens. Diante do cenário político brasileiro vergonhoso espera-se que esse tema esteja presente nas produções brasileiras com o interesse de discutir como em uma perspectiva de cidadania estão sendo formados aqueles de alguma forma serão mais responsáveis pela política brasileira, seja estando no poder, seja contestando o poder, seja paciente diante das políticas públicas. As expectativas estão em ao final do estudo ter informações sobre o contexto da formação cidadão da juventude.

Este trabalho se inicia com a apresentação de conceitos que esclarecem a contextualização do cenário político e da juventude. São conceituados: juventude, educação, política, participação e cidadania. Com isso se situa o conhecimento tratado nos 22 artigos selecionados. Assim o capítulo seguinte trata da apresentação dos artigos. Procura-se descrever qual objetivo dos artigos e em que contexto eles se apresentaram. Nesse mesmo capítulo apresenta-se a relação dos artigos com o tema da participação da juventude, analisa-se de que forma os artigos selecionados se envolvem com o tema da participação da juventude. Finaliza-se com as considerações finais em que estão as conclusões a respeito do cenário brasileiro proporcionando a participação política e social dos jovens.

CAPÍTULO 1

METODOLOGIA

"A ciência está presa à contradição de ser uma produção do homem, de sua grandeza e de suas misérias" (HAGUETE, p. 13). Produzir ciência é estar submetido à percepção dos sentidos humanos porque é por meio deles é que se pode observar, tocar, raciocinar, escrever e diversas ações dependentes da estrutura biológica humana. O pensar humano depende das experiências de cada ser, o raciocínio se quer mais eficaz quando melhor é trabalhado. Assim os estudiosos representam um dos maiores limites a sua pesquisa uma vez que são pequenos dentro da complexidade da realidade. "O arbítrio do pesquisador representa sua mais pesada carga de responsabilidade admitindo-se a complexidade e incomensurabilidade do real, sendo que a captação do real como um "reflexo" é uma utopia"(HAGUETE, p.19)

Na busca por respostas para os questionamentos sobre os fatos, buscam-se regras e métodos para que sejam postuladas as verdades. Assim busca-se nas metodologias das ciências uma maneira de configurar confiança as possíveis evidências sobre a realidade.

As metodologias qualitativas não devem ser vistas em oposição a metodologias quantitativas, elas são necessidade dentro da pesquisa social, principalmente em sociologia, considerando a sociedade um todo submetido a movimentos da ação individual e grupal. A sociedade é constituída por sujeitos que interagem, onde seu funcionamento depende do desempenho das funções de cada ator social.

Há na sociologia, bem como nas ciências, a discussão que submete a validade da pesquisa empírica apenas àquelas que apresentassem análise de dados quantificados, contudo a uso do método qualitativo aos poucos conquistou seu lugar. Isso ocorreu com o ganho de credibilidade e aceitação da necessidade da interpretação dos aspectos subjetivos na análise da realidade das relações sociais.

A escolha por uma metodologia predominante qualitativa impede uma observação direta e a mensuração de certas variáveis. Este trabalho pode parecer quantitativo na definição de Tereza Haguete: "os métodos quantitativos supõe uma população de objetos comparáveis entre si" (p.63). No entanto, parece ao mesmo tempo qualitativo: "os métodos qualitativos enfatizam as especificidades de um fenômeno em termos de suas origens e razão de ser" (HAGUETE, p.63). Como decidir por um dos métodos não é obrigatoriedade, principalmente

pela possibilidade de gerar pobreza metodológica e construtiva, este trabalho contara com as duas metodologias, quantitativa e qualitativa, predominando essa última.

Existe uma complementaridade funcional e analítica entre metodologia qualitativa e quantitativa. A pesquisa qualitativa apresenta a vantagem de inserir um novo sentido aos problemas, motivações de pesquisa. Ela substitui o foco nos fatores e determinantes (as causas) pelo objetivo de compreender os significados dos fatos sociais. Essa metodologia opera um duplo trajeto na pesquisa: da instituição à comunidade e do profissional ao usuário (ao comum).

A interpretação qualitativa permite a exploração do aspecto subjetivo da ação social frente à configuração das estruturas sociais. A padronização dos procedimentos de interpretação dos discursos será instrumento útil para comparar os dados, permitindo designar novos rumos e expectativas para trabalhos sobre educação do jovem para a participação política e social.

Este estudo tende a considerar que da mesma forma que indivíduos agem em relação a outras pessoas socialmente, ele age socialmente em relação a ele mesmo. O ser humano interage com os aspectos da realidade de acordo com o sentido e impressões que esses deixam nele. Entre esses aspectos estão: os objetos físicos, os outros seres humanos, as categorias de seres humanos (inimigo, amigo, parente) – o que implica o grau de interação, o tipo de relação, a afinidade, a influência que um indivíduo provoca no outro -, instituições (igreja, escola, hospitais), virtudes e ideologias (igualdade, respeito, sinceridade), atividade dos outros e outros contextos que ao indivíduo se apresenta no cotidiano de sua vida. A representatividade, o significado das coisas para cada ator social origina-se na interação social estabelecida com pessoas próximas a ele, com as pessoas que o acompanha nas situações de vida. Os sentidos formados podem ser manipulados e modificados por meio de processos interpretativos usado por cada sujeito ao tratar as situações que encontra.

Indivíduos são considerados seres sociais, constituídos em algum momento pelo cotidiano social. O interesse do presente trabalho recai sobre produtos da ação humana de natureza imaterial - ideias, valores, normas, construções teóricas. Depois da aproximação minuciosa dos métodos existentes, de conhecer do que se tratavam (aqueles que na busca tornaram-se conhecidos) e a qual tipo de pesquisa se destinavam, para investigação do problema e análise do objeto de pesquisa considerou-se que o melhor seria construir uma análise qualitativa de conteúdo.

O intuito da análise de conteúdo neste trabalho será distinguir e compreender posições políticas e ideológicas e perspectivas a respeito da educação dos jovens que podem levá-los a

participação política e social. Se ocupando do produto da ação humana, tende-se a atingir objetos de mensuração como manifestações não-verbais, não-orais. Nos 22 (vinte e dois) textos selecionados, entre teses, artigos e dissertações, pretende-se descobrir quais aspectos e abordagens estão sendo tratadas a respeito da temática envolvendo jovens, educação e cidadania (social e política). Afinal, inspira-se na proposição de Schrade: "a simples existência de documentos analisáveis é uma das mais importantes propriedades de um objeto" (SCHRADE, p.86).

Como apreendido no livro "Introdução à pesquisa social empírica", a análise de conteúdo tem três objetivos de investigação: o primeiro consiste na diagnose, em que são diagnosticadas, examinadas as condições de produção (situar o objeto em um período histórico, em sistemas de pensamentos culturais e sociais) de produtos (textos, dissertações); o segundo objetivo é o que se chama de prognose, um reconhecimento dos depoimentos sobre comportamentos futuros, a partir dos quais se devem tentar conhecer ideais, preferências temáticas, estratégias de guerra ou da política; por fim busca-se a contribuição à teoria da comunicação, analisando a integração por meio de mensagens e interpretando a linguagem da tensão entre conhecimento e comportamento.

A análise dos artigos começará pelo exame do que é dito partindo para o modo como é dito. Para esse fim, começa-se constatando em que tipos e classes os objetos a serem mensurados poderão ser divididos. Logo, os textos foram trabalhos dentro das categorias determinadas, os subtópicos teoria, políticas públicas, experiências políticas e sociais da juventude, panorama brasileiro e mídia e educação. Completa-se a análise com a divulgação dos contextos, perspectivas e valores que os autores focalizaram ao redigir artigos que contribuem para a temática formação política e social da juventude.

O método condiz com uma análise de dados e a relação entre os artigos, trata-se da interpretação a procura de constatações, corroborando para o pressuposto de que a pesquisa qualitativa lida com interpretações sobre o objeto. Feitas as constatações, essas serão sintetizadas em afirmações que expressem as idéias em comum dos artigos.

Esta pesquisa tem inspiração no que Greenwood denominou "pesquisa *ex post facto*" (GOODE, p.127): provém do passado para o presente e não é orientado para o futuro. No caso de um plano de estudo "*ex post facto*", contudo, manipulam-se registros (interpretações descritivas) já existentes que "simbolizam o comportamento cujo estudo é a finalidade do experimento".

Este estudo não implementa a arte da retórica. Não tem objetivo de convencer pela lógica dos argumentos, nem mesmo de tocar emoções em uma empreitada por apelo e

reconhecimento. A contribuição da retórica pode não vir dos elementos *logos* (lógica) e *pathos* (apelo ao convencimento), no entanto, virá pelo elemento *ethos*. Este elemento abrange evidências implícitas e explícitas, na situação de quem fala, ou seja, dos autores das produções que serão interpretadas.

O material a ser analisado não será uma amostragem – estatística e aleatória - trata-se de uma “construção de corpus”, uma escolha sistemática de trabalhos seguindo um interesse. Uma definição de *corpus* passa a ser útil ao trabalho: “uma coleção finita de materiais, determinada de antemão pelo analista, com (inevitável) arbitrariedade, e com o qual ele irá trabalhar” (BARTHES, p. 44). As sugestões de delineamento de Barthes se fazem útil para a seleção qualitativa a ser realizada neste trabalho: relevância, sincronicidade e homogeneidade. Os materiais do *corpus* desse trabalho têm como foco temático a participação na realidade social e política da juventude. Pelas diferentes contextualizações em que se dá o tema, os trabalhos retêm uma homogeneidade no que condiz ao direcionamento para a juventude, porém não reteve a homogeneidade quando se trata das diferentes perspectivas de abordagem dos artigos. O *corpus* foi definido dentro do período histórico de 2007 a 2010, privilegiando assim um ciclo natural de estabilidade e mudança.

As análises dos textos podem passar de meras descrições numéricas, dedicando atenção a tipos, qualidades e distinções. Assim, a análise de texto faz uma ponte entre formalismo estático e a análise qualitativa dos materiais. No divisor quantidade/qualidade das ciências sociais, a análise de conteúdo é uma técnica que utiliza ambas as metodologias. Pode ser um tratamento estatístico, com tabelas e gráficos, quantificações e análise das unidades de texto.

Com as leituras das inferências sobre as representações abordadas nos textos, analisar conteúdos infere a impressão dos contextos e dos apelos desses textos. “A análise de conteúdo permite reconstruir indicadores e cosmovisões, valores, atitudes e opiniões, preconceitos e esteriótipos e compará-los” (BAUER, p.197).

“Os procedimentos da AC reconstroem representações em duas dimensões principais: a sintática e a semântica. Procedimentos sintáticos se enfocam em transmissores de sinais e suas inter-relações. A sintaxe descreve os meios de expressão e influência – como algo é dito ou escrito. A frequência das palavras e sua ordenação, o vocabulário, os tipos de palavras e sua ordenação, o vocabulário, os tipos de palavras e as características gramaticais e estilísticas são indicadores de uma fonte e da probabilidade de influência sobre alguma audiência (BAUER, p.192).

Uma etapa importante na análise de conteúdo é a codificação. Consiste no procedimento de escolher objetos que qualifiquem uns textos e possibilitem fazer divisões esquemáticas em prol da futura análise. A codificação e a posterior classificação dos materiais escolhidos do estudo são procedimentos que envolvem a teoria e o material de pesquisa. Os textos selecionados têm que estar dispostos em lugares, códigos independentes uns dos outros sem misturas categorias. Esse sistema de classificação como etapa da análise de conteúdo implica em valores teóricos.

A realidade objeto da análise de conteúdo são os próprios textos, em uma “construção social”. Quatro aspectos são as preocupações da metodologia análise de conteúdo: fidedignidade, validade, coerência e transparência. Fidedignidade é definida com a concordância entre os interpretes. Porém, seria audácia pensar em fidedignidade pura, pois nessa construção estão implicados julgamentos humanos, e, além disso, os textos estão abertos a diversas leituras e intenções de exclusão e tendência.

Enfim, análise de conteúdo está submetida, primeiramente, a teorias e circunstâncias, conseqüentemente, à seleção de textos específicos. O procedimento seguinte é a codificação com considerações teóricas e materiais.

CAPÍTULO 2

TRATANDO DE CONCEITOS E PERSPECTIVAS

Não há como seguir com a análise das produções a que se destina este estudo sem antes estabelecer conceitos e dimensões que a direcionarão. Tratemos, portanto, de estabelecer o que se entende por juventude, educação, política, participação e cidadania.

Muitas tentativas já foram executadas em busca da definição das fases de desenvolvimento do ser humano. A infância, a adolescência, a fase adulta e até o envelhecimento foram objeto de limitações de diversas naturezas. Houve quem utilizasse idade, quem tenha se baseado em desempenho mental, existiu a opção do amadurecimento físico entre outras referências desenhadas pelos estudiosos. O que se pode retirar dessas experiências é que cada autor utiliza os critérios que fazem parte de suas perspectivas. A juventude nesse estudo será entendida como uma categoria social assim definida por Marialice Mencarini Foracchi:

“A juventude representa a categoria social sobre a qual influi, de modo particular, a crise do sistema. No comportamento que a singulariza estão contidas as omissões, as contradições e os benefícios de uma configuração social de vida que, sendo histórica, é transitória e que, ao esgotar-se, delapida o seu potencial humano, nele investindo as suas perspectivas de sobrevivência.” (FORACCHI, 1972, p.11)

Juventude diz respeito à etapa de transição, de crise, incertezas, inovações, principalmente adaptações e independência. É a fase de recriação do “eu” em que se tem de deixar tudo o que era tomado como sustentação do ser e imputar novas noções e fundamentos de vida. Em relação à sociedade a juventude retrata o momento atual, pois desprovida de certezas findadas, se envolve no que está sobrepujante na sociedade. O jovem reflete as tendências, a moda, os valores que estão em voga nos contextos em que convivi.

Como o cotidiano se apresenta “incapaz de absorver o esforço latente da criação, o apego a liberdade, as aventuras da improvisação, tão intensamente aprimorada na prática do imaginário”(FORACCHI, 1972, p.11) leva os jovens para a reflexão, instigando-os a ponto de suscitar uma *consciência jovem*, “expressão dos conflitos e tensões que se desenvolvem no sistema e que são extravasados nos movimentos de juventude” (FORACCHI, 1972, p. 11).

Não há dúvidas que as situações vividas na adolescência são determinantes. Da fase

jovem à fase adulta o adolescente passa por um processo de socialização, ação construtiva da personalidade, testando a validade dos recursos institucionais, desafiando padrões estabelecidos e impondo novos padrões. “Os grupos de idade são grupos de socialização do indivíduo e recursos asseguradores da continuidade do sistema” (FORACCHI, 1972, p. 25). A juventude é etapa definidora do jovem na sociedade.

No convívio com o adulto, seja regrado em instituições, seja na liberdade do dia-a-dia, é que o jovem cresce aos olhos do mundo. A socialização promove a internalização de comportamentos e a assimilação de valores vigentes na cultura validada pelos adultos, é a chamada percepção da realidade social.

“O conflito de gerações representa, em essência, a pesquisa de novas alternativas de vida social, de novos caminhos que se abrem para a sociedade sem que os agentes humanos possam se dar conta dos rumos definitivos que a nova forma de vida social venha a assumir, sem que estejam aptos a prefigurar como será a ordem social cuja emergência é tão intensamente sofrida” (FORACCHI, 1972, p. 32).

A internalização de comportamentos e assimilação de valores gera o *habitus*. Tratar de questões sobre ações dos indivíduos requer a investigação de que fonte de conhecimento o indivíduo se inspira para atuar. É mais do que buscar o exterior busca-se experiências passadas que se interiorizaram e em algum momento transcorrem para a exterioridade do sujeito. Para Bourdieu, pesquisar as ações dos indivíduos requer uma minuciosa observação sobre o que definiu como *habitus*: “duplo processo de interiorização da exterioridade e de exteriorização de interioridade” (PACHECO, 2008, p.234).

O *habitus* é o mesmo que a mediação entre as bases e a prática. Não se trata, portanto, da palavra e conceito de hábitos como está em nosso cotidiano, pois esta palavra não evidencia as capacidades criadoras, ativas, inventivas do agente, presentes no que Bourdieu definiu como *habitus*. *Habitus* conforma e orienta a ação porque interioriza e incorpora valores e princípios que são produtos das relações sociais. Os hábitos – no sentido de *habitus* de Bourdieu - podem ser costumes, executados de forma espontânea, automática. Hábitos podem ser como ação ou mesmo que a atividade humana que foi influenciada pelas precedentes e foi adquirida.

Na realidade de qualquer fase do desenvolvimento humano não se pode deixar de enfatizar as desigualdades sociais refletidas principalmente na realidade econômica. O jovem privilegiado vê o desenvolvimento natural de uma de uma socialização no que o jovem de classe mais baixa acredita ser um esforço de socialização (FORACCHI, 1972). Esse fato se

configura principalmente nas escolas e universidades em que há a reprodução da seleção social da sociedade global. Tanto em escolas quanto em universidades a formação técnica e profissional é colocada no lugar da formação humanizadora e crítica e a substitui ao invés de suplementá-la.

Com isso, o indivíduo é inspirado apenas a fazer parte de um mundo econômico, perdendo-se o potencial político e social de cada um. Ao invés de preparar o sujeito para atuar como parte intelectual de um país, as instituições atêm-se aos conteúdos, levando os alunos a se formarem somente profissionalmente, criam ilusões em que “(...) as condições da ação são impregnadas de uma conotação de liberdade e de esperança, que o contexto social de crise só permite caracterizar de modo muito vago” (FORACCHI, 1972, p. 104). O jovem tem pouca oportunidade de se formar política e socialmente, quando o têm limita-se a um aspecto teórico e a prática fica sem nenhum contato.

“Não sendo possível delimitação etária, a juventude representa, histórica e socialmente, uma categoria social gerada pelas tensões inerentes à crise do sistema. Sociologicamente ela representa um modo de realização da pessoa, um projeto de criação institucional, uma alternativa nova de existência social.” (FORACCHI, 1972, p. 160)

A educação, como já observado, é tudo aquilo que influência a nossa formação intelectual, moral e social. Educação tem a ver mais do que com a matéria que aprendemos nas instituições de ensino, trata, também, dos valores e princípios que direcionam os nossos atos. Cada ação para acontecer depende de um histórico de aprendizagem, o que está dentro da esfera do que se pode chamar de educação. Desde o exercício físico que praticamos, o modo que sentamos a mesa para fazer uma refeição, o quanto damos valor a certos aspectos matérias, até o valor que damos a família, *status*, amizades e amores, tudo isso requer para acontecer experiências formadoras de nossa educação.

Tratar o jovem a partir da educação que recebe enquanto estudante exige esforço sociológico em busca de observar a realidade que vivem os sujeitos em foco dentro de um contexto maior de ordem social. Como bem constata Foracchi:

“Uma das principais tarefas com que se depara a abordagem sociológica é, pois, caracterizar o conjunto de mecanismos e processos que presidem à constituição do estudante como categoria social. Isso significa que o estudante deve ser focalizado tanto em termos das condições sociais que balizam o seu comportamento, vinculando-o a ordem social existente, quanto em termos das modalidades possíveis de ampliação dos seus

horizontes de ação” (FORACCHI, 1965, p. 3).

O jovem estudante, vivenciando sua vida política, acredita que a partir de sua luta e condição é a parcela da população que poderá salvar a humanidade e promover a transformação necessária. A educação política é constituída socialmente na medida em que as pessoas são submetidas a certas condições e fatores que modelam seu comportamento e constroem atitudes e valores se posicionando de maneira a provocar a realidade existente.

Diante da classe em que se encontram os sujeitos encontram diferentes oportunidades. As condições de classe projetam o indivíduo, sua educação, suas possibilidades, desafiando a mudança daquilo que é esperado para alguém de determinada classe. Por isso a classe torna-se para muito daqueles que estão iniciando-se na realidade da responsabilidade e independência parâmetro de conquistas.

“A classe, como se propõe à perspectiva da família, é a realidade concreta que o jovem, mesmo inadvertidamente, leva em consideração. Um dos sentidos desse paralelismo de características é, por conseguinte, o de dar destaque à inconsistência da camada média, às incertezas de sua definição, à ambigüidade de seu papel, e, finalmente, à precária segurança com que ela se afirma como força social” (FORACCHI, 1965, p. 93).

Dentro do contexto classe, a família é um fator de maciça influência na caracterização do jovem. Se pudéssemos conferir em números seria em torno de sessenta a setenta por cento da capacidade formadora dos adolescentes e jovens.

A família é o meio de a classe definir o jovem porque condições socioeconômicas impõem-se na perspectiva de ação dos sujeitos. Um indivíduo de classe alta, de classe A ou B, tende a ter pais com mais anos de escolaridade e por isso há uma grande possibilidade de alcançar tantos anos de estudos quanto seus pais. Essa possibilidade é devido à capacidade financeira de os pais fornecerem contextos diversificados de aprendizagem e socialização, à tendência dos pais a serem mais exigentes nas perspectivas de futuro e nos incentivos (como querer que seus filhos tenham mais escolarização que eles próprios) e também devido aos pais serem exemplos de vida e ponto de superação.

Para Marialice Foracchi, na perspectiva da família, o jovem estudante seria, então, o agente decisivo da sua integração à situação de classe. Ou, por outras palavras, na atuação do jovem estariam contidas as premissas sociais para a superação do presente, como momento restrito e empobrecido, para a concretização de um futuro mais amplo no contexto da classe.

Uma vez que condições específicas do isolamento e da experiência social restrita em que a família se encontra que propiciam, no plano das relações interpessoais, o “confronto de experiências” que, por sua vez, permite a formação da perspectiva de reconhecimento da própria situação e das perspectivas relacionadas com a atuação do jovem. (FORACCHI, 1965, p.105)

Os vínculos de dependência do jovem não estão apenas na esfera doméstica, mas se estende ao nível da sociedade global, de tal maneira que a situação de classe condiciona a geração e sustentação dessa dependência. É no conflito e na crise que se toma o impulso para fugir dessa dependência. É, principalmente na universidade, que essa dinâmica é possível, uma vez que essas instituições são uma espécie de meio que direciona o indivíduo da vida escolar para realidade. A universidade é muitas vezes a última etapa de vinculação e dependência que se espera diante da vida profissional e familiar independente que se possa e almeje construir.

Envolvidos por esse momento de crise, nessa turbulência de novidades e convergência de fatores os estudantes do ensino médio ou da universidade partem para uma vida política. No entanto, sabem eles o que é a política? Como se faz e participa da política? Onde é que as pessoas tomam para si condicionantes para a vivência de uma vida política? Em que momento despertam o interesse pela participação social e política? De que instrumentos dispõem para serem agentes de uma cidadania?

Essas são questões que envolvem estudos sobre a vida cidadã dos jovens. O estudo que se apresenta não tem por objetivo respondê-las, contudo tende a buscar se as produções do período de 2007 a 2010 conseguiram se não respondê-las de alguma forma abordá-las.

Segundo o pensamento de Hannah Arendt são quatro os princípios do agir: convicção básica que um grupo de homem compartilha, o objetivo que persegue-se, a meta que idealiza e se orienta e o sentido que nele se revela durante sua execução. Para o fazer política é necessário a convicção de um grupo em um ideal, estar engajado com uma questão e ter embasado os seus alicerces para defendê-la, pois “a coisa política em sua totalidade é apenas uma meio para um objetivo mais elevado” (ARENTH, p.72,). A política não é o fim, mas o modo, a maneira, a persuasão de se conseguir algo.

“A política não é domínio, (...) não se baseia na distinção entre governantes e governados e nem é mera violência, mas ação em comum acordo, ação em conjunto, sendo reflexo da condição plural do homem e fim em si mesma, já que não é um meio para objetivos mais elevados, como, por exemplo, a preservação da vida, significando liberdade.” (TORRES,

2007)

A política ganha ares de liberdade, pois se configura na liberdade externa de opinião, é o direito de ouvir opiniões alheias e de ser ouvido. Está ligada a espontaneidade de liberdade humana. Por fundamentar-se na espontaneidade, pode-se supor que não existe no ensino institucionalizado o ensino da política impresso nas exigências dos currículos escolares. Parte da presença da espontaneidade do fazer política a dificuldade dos educadores em estabelecer mecanismos e meios de aprendizagem como instrumentos preparam a pessoa para participar politicamente. “Arendt acentua que a política surge não nos homens, que a liberdade e a espontaneidade dos diferentes homens são pressupostos necessários para o surgimento de um espaço entre homens, onde só então se torna possível a política, a verdadeira política.” (ARENDT, 2002, p. 8-9)

A política, principalmente a brasileira não tem muito credibilidade com a população, pesquisas e notícias mostram o desconhecimento e o esquecimento precoce de fatos, por vezes, escandalosos da vida política. O brasileiro, seja jovem ou não, acaba por alimentar uma repulsa diante da participação em assuntos nacionais, e resume sua participação no voto. Contudo conforme enunciado “os preconceitos contra a política, a concepção da política ser, em seu âmago interior, uma teia feita de velhacaria de interesses mesquinhos e de ideologia mais mesquinha ainda, ao passo que a política exterior oscila entre a propaganda vazia e a pura violência, tem data muito mais remota do que a invenção de instrumentos com os quais se pode destruir toda a vida orgânica da face da terra” (ARENDT, 2002, p. 27).

A juventude, principalmente a juventude estudantil com mais disposição para formar uma união transformadora da sociedade dando a patologias sociais soluções, ou pelo menos indicando alternativas de mudanças. Essas motivações e iniciativas que se espera encontrar na juventude sendo, portanto, um fator que corrobora para a participação da juventude.

Os jovens não só têm disposição para agir como dispõem de mais coragem na direção de explorar e questionar os contextos sociais. A política tem grande influência na sociedade, sua área de atuação é imensa e proporciona mudanças tangíveis na sociedade, assim para se engajar na vida política exige-se dos indivíduos coragem. Nas palavras ainda atuais de Hannah Arendt:

“A coragem é a mais antiga das virtudes políticas e ainda hoje pertence às poucas virtudes cardeais da política porque só podemos chegar no mundo público comum a todos nós - que, no fundo, é o espaço político - se nos distanciarmos de nossa existência privada e da conexão familiar com a qual nossa vida está ligada.” (ARENDT, 2002, p. 53)

A política tem características a seu favor e contra. Alguns incentivam a população a entrar nesse espaço tão duvidoso, contudo é o meio necessário para chegar a uma mudança, o mais essencial caminho para modificações de estrutura.

“A política, assim aprendemos, é algo como uma necessidade imperiosa para a vida humana e, na verdade, tanto para a vida do indivíduo como da sociedade. Como o homem não é autárquico, porém depende dos outros em sua existência, precisa haver um provimento da vida relativo a todos, sem o qual não seria possível justamente o convívio. Tarefa e objetivo da política é a garantia da vida no sentido mais amplo.” (ARENDT, 2002, p. 45-46)

A participação política e social é condição para se executar a cidadania. Ser cidadão é estar atento aos direitos e deveres, é procurar fiscalizar os atos que dizem respeito a esses. É preciso fazer política para questionar a realidade e desafiar a mudança na realidade. É, ainda, preciso, se fazer parte de uma nação, ser consciente dos direitos e deveres que envolvem a vida em sociedade, condição inerente ao ser humano.

Está na história a formação do conceito de cidadania e durante o trajeto histórico deste conceito muitas categorias somaram-se: o aspecto político, a coletividade (ser membro de um corpo mais amplo), direitos e obrigações, as indagações sobre virtudes cívicas. Cidadania designa um estatuto de pertença de um indivíduo a uma comunidade politicamente articulada e que lhe atribui um conjunto de deveres e direitos civis, políticos e sociais. Deveres que mantenha a coletividade e a participação, como vivência política ativa na comunidade. O conceito constitui um dos princípios do Estado Democrático de direito e traduz-se por um conjunto de liberdades e obrigações políticas, sociais e econômicas segundo Luiz Flávio Borges. Corroborando com essa ideia, cidadania é a pertença passiva e ativa de indivíduos em um Estado-nação com certos direitos e obrigações universais em um específico nível de igualdade, como definida por Janoski.

Ser cidadão é ter direitos civis: à vida, à liberdade, à igualdade perante a lei; ter o direito de participar do destino da sociedade: votar e ser votado e ter participação na riqueza coletiva, usufruir de direitos sociais: à educação, ao trabalho, ao salário justo, à saúde. As definições de cidadania da atualidade levam a noção que o cidadão é a aquele que goza dos direitos civis, políticos e sociais, que tem participação na sociedade e conhece e cumpre com seus deveres. Essa significação varia no tempo e no espaço. Em cada país o conceito destaca um dos aspectos seguintes: nacionalidade, participação, igualdade, liberdade.

Pensar que a participação direta na gestão do Estado está de certa forma distante dos cidadãos, não fortalece a não-participação uma vez que a sociedade pode utilizar de representações coletivas assim como defende as teorias democráticas. “Tendo a sociedade moderna, tecnológica e de massas, tornado distante a possibilidade da participação direta de seus cidadãos na gestão do Estado, o ideal volta-se para o aperfeiçoamento dos mecanismos de representação coletiva.” (BENEVIDES, 1981, p. 3)

Cidadania requer um sentimento de

“responsabilidade individual, sem o qual inexiste um verdadeiro processo democrático. Essa responsabilidade é absolutamente essencial, particularmente em sociedades de massa submetidas ou ao conformismo generalizado ou à doutrina massificadora por uma indústria política cada vez mais eficiente no manuseio publicitário de slogans e jargões que embotam o espírito crítico e geram a passividade coletiva sob a qual se fundam os desmobilizadores regimes autoritários de nosso tempo.” (BENEVIDES, 1981, p. 116)

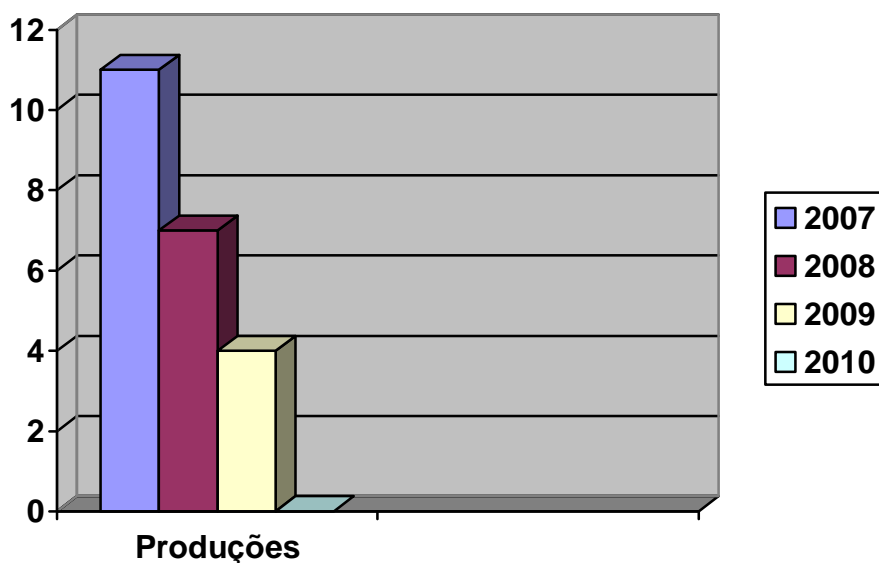
Tratar a juventude, a educação, a política, a cidadania repercute em democracia. Estes temas se entrelaçam em um emaranhado de causas e consequências presentes desde longa data nos estudos dos teóricos. Cabe nesse estudo apenas o primeiro contato com os conceitos, como já feito, a fim de nos contextualizarmos. Posteriormente identificaremos o que foi relatado nos artigos analisados em relação a atualidade dos temas na perspectiva da formação política e social dos jovens.

CAPÍTULO 3

PARTICIPAÇÃO POLÍTICA E SOCIAL DA JUVENTUDE

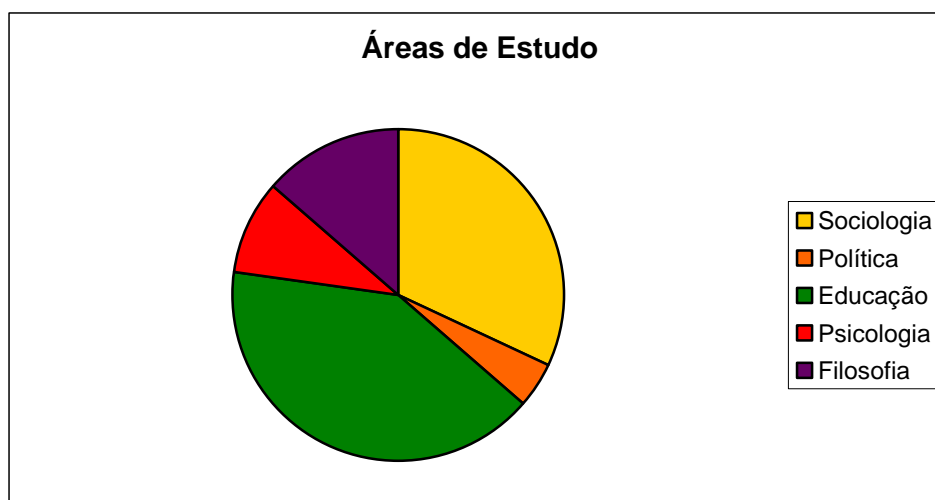
A partir do tema “formação política e social da juventude”, pesquisou-se no Portal da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) publicações que discorreram sobre a ação da juventude nos contextos sociais e políticos. Foram selecionados 22 artigos sobre as mais diferentes perspectivas dentro da temática. Os critérios de seleção não seguiram rígidas especificações. Optou-se, primordialmente, por textos que pudessem ser direcionados à formação intelectual da juventude. Logo, tornou-se objeto aqueles artigos a respeito da formação social e política, da relação educação cidadã e escola, da relação dos jovens e a política, também aqueles que apresentassem contextos dessas relações foram incluídos uma vez que colaboram para o entendimento da juventude em meio ao exercício da cidadania (entendida como reconhecimento de direitos e deveres traduzindo-se em formas de participação).

O ano que mais teve estudos selecionados que contribuíssem para a temática sobre a participação juventude foi o de 2007 em que foram apresentados onze dos 22 artigos, seguido por 2008, com a representatividade de sete artigos, e 2009, com quatro produções. No ano de 2010 não se encontrou artigos registrados no portal da CAPES que pudessem contribuir para o tema, possivelmente esse resultado pode ter sido provocado pela proximidade do ano com a data de seleção dos artigos.



Os artigos selecionados se originaram de diversas áreas das ciências humanas. Nenhum artigo tem sua gênese nas ciências exatas. As produções predominaram na área de educação e de sociologia. Quase metade dos textos é da área de educação em um total de nove textos. Sete das 22 produções selecionadas foram feitas por pesquisadores da área de sociologia. Obteve-se um total de sete textos construídos segundo a metodologia e as perspectivas sociológicas. A filosofia foi responsável por três artigos, seguida da psicologia, representada por dois e por fim e, surpreendentemente, a ciência política com somente um texto.

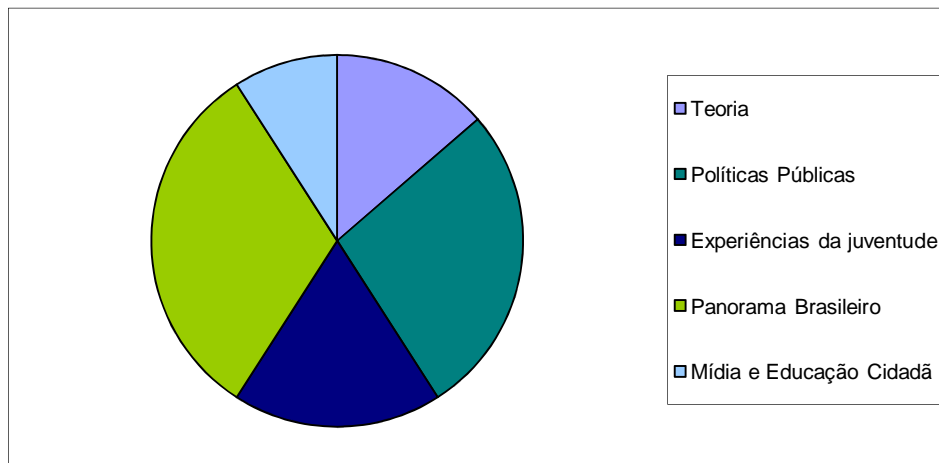
Por se tratar de um tema que inclui a política, existia a provável hipótese de que seria encontrado um número maior de artigos originários da ciência política que pudessem contribuir para esse estudo, contudo apenas o artigo de Marcello Baquero suporta essa origem, esse artigo trata da democracia como instrumento político. Esse número pode ser que represente que a Ciência Política nos anos de 2007 a 2010 resguardou a abordagem sobre política, educação e juventude.



O resultado da pesquisa parte da análise de 22 textos que percorrem a formação cidadã dos jovens. Percebeu-se que nenhum dos textos teve como objeto central a formação social ou a formação política da juventude, com exceção daqueles que tratam das experiências dos jovens (o artigo de Pedro Simões, o de Rosangela C. Moreno e Ana Maria F. Almeida e o de Lucia R. Castro). Nesses textos percebe-se nitidamente a relevância do tema na análise dos fatos.

A análise dos textos está dividida em 5 seções: (1) teoria, (2) políticas públicas, (3)

experiências políticas e sociais da juventude, (4) panorama brasileiro e (5) mídia e educação cidadã. Três estão no tópico teoria, seis tratam das políticas públicas que focalizaram a educação, quatro observaram grupos de jovens que de alguma forma desempenham a participação política e social e dois corroboram para a relação da mídia como meio de aproximar os jovens da cidadania, como mostra o gráfico seguinte:



A primeira seção cuidou de examinar os artigos que discutiram sobre teorias, incluindo-se definição de conceitos e formas de governo: educação, democracia, Estado, nação e Estado-nação. A segunda parte remete a textos, descrevendo programas, governos e momentos da política e implantação de socialização política em sistemas de ensino. Em uma terceira parte cuidou-se de artigos que apresentam a realidade das experiências políticas-participativas dos jovens. Em seguida estão artigos que colaboram com a identificação de momentos da educação cívica/cidadã/participativa brasileira. Por fim, a quinta seção apresenta textos da relação midiática complementar à escolarização formadora de cidadãos.

3.1 Teoria

Dois artigos dessa seção foram produzidos por pesquisadores que tenham em sua formação alguma relação com a filosofia: José Luiz Ames (2008) dissertou sobre a relação de Maquiavel e a educação, enquanto Almerindo Janela Afonso e Emílio Lucio-Villegas Ramos referem-se aos conceitos de nação, Estado e Estado-nação na formação da democracia. O outro artigo é de Marcello Baquero (2008), conhecido por seus estudos na área da ciência política, que cuidou de discutir a democracia como instrumento político.

A distância entre esses artigos e a participação da juventude não é tão grande quanto parece, pois, acabam satisfazendo o interesse inicial de conferir matéria sobre a natureza da educação e do Estado. Nesses artigos se observa um olhar macro que revela virtudes da política conferindo ao leitor aproximação com o que vem a ser educação, democracia, o papel do Estado e o papel das pessoas frente às conjunturas políticas.

A juventude representa os efeitos que a educação, a democracia e o “Estado-nação” produzem para um país e estão intimamente relacionados à natureza política.

O artigo de José Luiz Ames apresenta o que para Maquiavel significa educação e de que forma devemos interpretá-la de modo a gerir a educação em direção a aproximação entre a população e a política. O artigo colabora com o momento de crise em que se contextualiza a juventude e leva a interpretação de como se pode despertar e encaminhar o interesse do jovem pela atuação social e política, com mecanismo que Maquiavel disserta como direcionamento ao bem público e restauração da ordem e respeito à lei.

José Luiz Ames trata em seu artigo da relação entre a educação e Maquiavel. Inicialmente realiza um esforço para afastar o maquiavelismo do pensamento de Maquiavel uma vez que argumenta que Maquiavel acolheria a república fundada sobre a justiça como forma de governo ideal, defendida pela força dos cidadãos e regida pela lei. Corroborando para essa defesa se faz sentir que Maquiavel entendia a política em seu contexto, não a entendia como uma realidade que impera sob regras.

Logo que esgota e dá por concluído o afastamento do maquiavelismo, Ames analisa as ocorrências da palavra educação na obra de Maquiavel em que educação seria uma força direcionada a tomada da ordem perturbada por desejos e pela natureza, sendo o homem direcionado por seus desejos, sem qualquer controle interno. Ou seja, com a educação os indivíduos tornam-se sujeitos e podem administrar a realidade em busca de seus anseios. Na crítica que Maquiavel faz da educação moderna, o ponto positivo comentado por José Luiz Ames, é a virtude cívica, identificada além de uma qualidade moral. A virtude cívica constitui-se a simplicidade de costumes, coragem, cuidado com a nação, optar pelo bem comum, patriotismo etc. Essa virtude vinculada à educação não é inerente a todos, ela é construída ao longo da vida, cultivada em um "processo formativo" (AMES, 2008, p. 143). A virtude cívica entendida por Maquiavel torna eficiente a boa lei, enquanto a boa lei traz a virtude sua finalidade (boas leis incluindo instituições estatais).

A educação serviria como um freio para os impulsos dos homens tornando-os menos egoístas, inspirando-os a agir pelo bem público direcionando-o ao pertencimento a um grupo. Como tudo converge a desordem, segundo Maquiavel, no entendimento de Ames, a educação

serve para moldar e direcionar os indivíduos, assegurando o desenvolvimento físico, mental, intelectual, político e a socialização. A educação estimula a prática de valores e princípios que contribuem para a formação moral e cidadã, cooperando para a continuidade e ordem do Estado-Nação.

O artigo “Democracia formal, cultura política informal e capital social no Brasil” preocupa-se em configurar a democracia em países em desenvolvimento como o Brasil, em que a democracia se constitui nas práticas e instrumentos políticos, como o voto, e não chegar ao espaço social em que deveria haver contestações, discussões e reflexões a respeito do fazer político. Na população desses países cresce uma onda de insegurança frente representações, assim a pobreza e a falta de bem-estar social são imputadas na má administração dos recursos públicos exercida pelo o que seria os representantes da população. Essa situação está explícita n contexto brasileiro de corrupção de que todo o mundo tem conhecimento com exemplos como o “mensalão” e a “caixa de pandora” Nesse contexto, a classe média se vê sem a oportunidade de ascensão social frente a carga de tributos que tem que pagar e assim sustentar o país.

O cientista político, Marcello Baquero, argumenta que a situação de crescimento econômico não confere potencial de melhora na situação de desigualdade social presente nos países em desenvolvimento, escreve sobre a necessidade de haver melhor redistribuição do crescimento econômico.

Para analisar a situação brasileira Marcello Baqueiro (2008)dividiu seu artigo em três seções: na primeira está um exame sobre o estado da democracia brasileira; a segunda seção discute as possibilidades de promover uma democracia plena e na terceira seção avalia o conceito de capital social como instrumento na promoção da democracia. Baseado na proposta de Dahl, o autor apresenta a teoria de que a o pressuposto da democracia contemporânea costuma ser o mercado, ocidental e liberal. A sociedade segundo a econômica busca a lógica econômica baseada na produtividade, na competitividade e na inserção internacional gerando alicerces que colocam em dúvida o sistema democrático vigente (BAQUERO, 2008).

A democracia brasileira em razão da relação entre o legislativo e o executivo na elaboração de programas e políticas públicas e com a inabilidade do governo em implementar os programas e políticas públicas. A sociedade, segundo Baquero, tinha a ideia de que quando a democracia formal se estabelecesse, resolveria-se os problemas, no entanto, a realidade tem mostrado algumas questões, particularmente no âmbito social, que a democracia processual não tem conseguido resolver, fazendo com que o poder invisível do Estado governe além da

vontade popular (BAQUERO, 2008, p. 391). A hipótese do autor referente a proposta facilitadora de se chegar ao ideal de democracia se baseia na hipótese básica de quanto mais uma pessoa participa de redes e associações, maiores as possibilidades de desenvolver virtudes cívicas que tangibilizem o bem coletivo (BAQUERO, 2008, p. 389).

Na análise do artigo, o Brasil apresentou ganhos no aspecto de transmissão do poder, contudo, não promoveu o funcionamento de dimensões subjetivas para fortalecer a democracia. A crítica recai sobre modelos de gestão pública assistencialista, que diminuem a pobreza, mas não transformam a sociedade, o que veremos mais adiante em outros textos em que se permitiu os mesmos apontamentos.

As produções de conteúdo teórico que mantém relação com a formação política e social dos jovens finalizam-se com os conceitos de Estado, Nação, Estado-nação na construção da cidadania.

Após um apanhado histórico e definições conceituais, os autores admitem que o estado e a nação são reciprocamente dependentes, utilizando-se de Zygmunt Bauman: "Estado e nação necessitavam-se". Dependendo das necessidades forma-se primeiro um ou outro, e a há casos em que é forçada a existência de algum, como no exemplo do Estado palestino, "surgido inicialmente "durante a década de 1920 no seio de um grupo de intelectuais sionistas de esquerda" que achavam que era "essencial fundar uma nação e não necessariamente um Estado judaico independente, e sobretudo não à custa dos habitantes de origem" (cf. Farsakh, 2007: 7 apud AFONSO, 2007, p.80).

A escola contribuiu para a socialização das personalidades diversas, em um construto de uma única massa, como projeto político e cultural comum, ajudando a servir as pessoas do sentimento de que são elas partes do Estado-nação. A escola ajudou a construir a cidadania em seu início como algo não democrático, autoritário. Conforme aconteceram a autonomia da população, as reivindicações e as contestações, a cidadania tomou ares de autêntica riqueza livre, educacional e cultural da população. A cidadania moderna abraçou as pessoas, como fez com os trabalhadores, dando-lhes direitos à saúde, educação e alimentação, em que não são mais só parte do Estado-nação, mas também atuantes nele de forma a cobrar seus direitos em um estado jurídico em que todos podem ser tratados como iguais e livres (AFONSO, 2007).

A cidadania dos séculos XVIII e XIX esteve atrelada ao poder do Estado de forma que ele a reconhecia e a garantia.

“Todavia, como construção histórica, a cidadania tem muitas outras dimensões. Se, por um lado, o conteúdo ambivalente e contraditório da problemática da cidadania reflete a

existência de um terreno de disputa onde se confrontam processos sociais, políticos, econômicos e culturais de restrição e exclusão com processos de inclusão, de negociação, de redistribuição e de reconhecimento (para um confronto entre estes dois últimos, ver Nancy Fraser, 1995), por outro lado, enquanto construção democrática de novos direitos, a cidadania pode ser entendida também como uma categoria dinâmica, fortemente permeável às lutas sociais, econômicas e políticas. Dito de outro modo, só através do aprofundamento da democracia, nos mais diversos domínios e espaços (públicos e privados) da vida em sociedade, podemos ampliar o próprio conceito de cidadania”. (AFONSO, 2007, p. 84)

A cidadania na sociedade capitalista está intimamente ligada ao funcionamento da democracia. Para o autor, a cidadania ligou-se ao “sonho de participar de decisões da vida cotidiana”, exemplificado com o “orçamento participativo” e Fórum Social Mundial. À cidadania não apenas acrescenta-se, em seu curso a conflitos que corrompem sua certificação. Afonso (2007) defende que identidade e direito, aspectos fundamentais da cidadania, estão em conflito à medida que direitos individuais tornam-se de caráter nacional e os direitos em geral são tido como *direitos humanos universais* ao nível internacional e transnacional, enquanto a identidade permanece individualista, localmente definidas e organizadas.

Não se sustenta tentar uma democracia ideal para gerar cidadania ideal provocando uma culturalização global, uma vez que “do mesmo modo que as sociedades civis nacionais, não será uma sociedade homogênea porque conterà tendências autoritárias, racistas, sexistas, antidemocráticas, assim como conterà também tendências democratizadoras” (AFONSO, 2007, p. 90).

Enfim a escola teve e tem importante papel no processo de construção da cidadania aproximando os jovens do mercado de trabalho, das questões políticas, da cultura nacional, socializando-os e fornecendo-lhes conhecimento, como espaço público de cidadania e democracia e de construção de significados. A cidadania democrática luta contra a crescente “vulnerabilização neoliberal” dos direitos, juntando-se a causas do meio ambiente, classe, gênero, raça, etnia, multiculturalismo, paz etc.

3.2 Políticas públicas: períodos, governos e programas

As Políticas Públicas são notadamente importantes na qualidade de vida da população. Pelo que o governo é responsável somou-se ao longo da história devido a reivindicações sociais. A luta da sociedade acrescentou a responsabilidades do governo a saúde, a segurança, o respeito por direitos políticos, sociais, civis e outros. Ainda com as revoluções, as

sociedades civis requereram a oportunidade de se educar, o direito ao conhecimento.

Com aumento de itens entre lista de responsabilidades do governo e a sede intelectual da população, a população se mostrou mais vigilante das políticas públicas. Com desenvolvimento de tecnologias, obteve-se mais acesso a dados confiáveis sobre as condições das sociedades assim há um controle maior sobre as políticas públicas que tendem a suprir as necessidades da população e também sobre a falta dessas políticas – expressa por meio de cobranças.

Os artigos seguintes discutem como os programas desenvolvidos pelos governos repercutem no desenvolvimento da cidadania. Os artigos se orientam de maneira descrever como a promoção das mudanças de governos, a implementação de projetos e as modificações nas leis influenciaram na democracia e promoveram a cidadania na vida dos jovens.

Sob a égide da democracia começa a coletânea de artigos que exprimem a real aproximação dos governantes e a promoção da democracia e todo o seu conjunto (cidadania, educação, “alfabetização intelectual”). Ednaldo Aparecido Ribeiro, no artigo “Cultura política, instituições e experiência democrática no Brasil” pretende identificar se houve variação de valores e crenças políticas de grupos distintos depois de passada duas décadas do início do estabelecimento das instituições democráticas, levando em consideração que os valores políticos são formados nas primeiras duas décadas de vida propõe-se que os membros dessa faixa etária teriam uma postura mais democrática.

Edinaldo Ribeiro apresenta diferentes abordagens sobre o processo de democratização. A primeira é a Tese da Congruência: o sistema político depende de compatibilidade entre instituições e o conjunto de valores, crenças e atitudes de uma população. Outras teses enfatizam que o processo de democratização deve ser analisado a partir da atuação política das elites e do funcionamento das instituições. Há ainda uma discussão intensa quando se procura definir a causalidade entre os fatores culturais e as instituições sobre o sistema político. Edinaldo Ribeiro constata que existem diferenças importantes quando se trata de identificar valores, crenças e atitudes que teriam impacto no sistema político.

Em meio ao estudo dessas divergências cita o destaque dado por Inglehart e Welzel (2005) a três abordagens distintas a partir dessas divergências: (1) uma corrente enfatiza o tema da legitimidade ou do suporte à democracia, (2) outra dá destaque a valores da vida comunitária cotidiana dos indivíduos e, enfim, (3) a abordagem do desenvolvimento humano em que os valores da auto-expressão são enfatizados. As três identificam respectivamente: o declínio nos níveis de confiança em relação às instituições democráticas, valores, crenças e atitudes que fortalecem os compromissos sociais, a lealdade dos cidadãos com a sua

comunidade tem mais poder explicativo sobre a democracia do que a confiança institucional (PUTNAM, 1996; 2000) e a disseminação de valores que almejam liberdade e chamam para a luta por direitos teria capacidade explicativa sobre o processo de democratização.

Esta última ganha destaque no estudo de Ribeiro por apresentar mais evidências a discussão da causalidade entre instituições e valores. Os autores da teoria do desenvolvimento humano questionam a tese de que a democracia é geradora de valores compatíveis com suas instituições, com evidências empíricas demonstram ser mais importante a direção que parte dos valores para as instituições. Edinaldo Ribeiro (2007) remete ao um procedimento que aponta que sociedades enfatizadoras de valores de auto-expressão são aquelas que ocupam as melhores posições verificadas o respeito aos direitos políticos e às liberdades civis, em situação inversa estão sociedades que manifestam mais adesão aos valores de sobrevivência.

Após uma análise das diferentes abordagens e dos dados, o autor concluiu que com exceção do índice de pós-materialismo, nenhuma das variáveis da chamada "teoria da cultura política" estão associadas de maneira considerável com a idade dos entrevistados no sentido negativo, o que poderia indicar uma cultura política mais congruente com a forma democrática de governo entre faixas etárias mais jovens. O estudo "limitou-se a apresentar indicações de que existe uma juventude nascida ou socializada na vigência de instituições democráticas que não demonstra possuir valores políticos significativamente diferentes de outros estratos da população que tiveram outras experiências socializadoras" (RIBEIRO, 2007, p. 11-12).

No artigo "Frações burguesas em disputa e a educação superior no Governo Lula", José Rodrigues expõe os interesses da burguesia industrial no que tange às finalidades e à organização do ensino superior. Elege como representantes dessa camada social o Conselho Nacional da Indústria (CNI) e a nova burguesia dos serviços educacionais representada pelo Fórum Nacional de Livre-Iniciativa na Educação.

O texto parte da história e desenvolvimento do CNI, em que alguns fatos são destaques por influenciarem o crescimento do intelecto político dos brasileiros: a fundação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), em 1942, a criação do Serviço Social da Indústria (SESI), em 1946, e o Instituto Euvaldo Lodi (IEL) nascido em 1968 após a passagem pelo "milagre econômico" e sua consequente industrialização brasileira a qual suscitou uma crescente demanda por educação agravadora da crise educacional. A crise educacional serviu de pretexto para a celebração de acordos entre o governo brasileiro e estadunidense, completando-se nesse contexto a "tríade pedagógica" do CNI. Trata-se para o autor de um processo de institucionalização para proporcionar a formação humana da classe

trabalhadora.

Em julho de 1999 foi lançado o Plano Estratégico 1999-2010 (IEL, 1999b) em que o CNI de um lado aponta problemas em todos os níveis de ensino e por outro lado dirige a preocupação para a universidade pública, subordinando, para o autor, a pesquisa e o ensino a necessidades econômicas.

“Em 2004, a burguesia industrial encontra a conjuntura política propícia para atuar na "modernização da universidade" em um plano mais estrutural, posto que o Governo Lula da Silva cria o grupo interministerial de reforma universitária.(...)Podemos dizer que, para a CNI, as universidades públicas devem ser preservadas, mesmo que ainda gratuitas para os estudantes; porém, devem adaptar-se às necessidades do "setor produtivo". E, de forma bastante inteligente, propõe um mecanismo privatizante para manutenção do ensino público e gratuito: a venda dos resultados da pesquisa aplicada às empresas interessadas. A CNI, portanto, não defende a privatização das universidades públicas da mesma forma que ocorreu com as empresas estatais, mas pretende atrelar as IES à lógica e aos propósitos do capital.” (RODRIGUES, 2007, p.4)

O autor defende que a CNI queria que a “estrutura universitária pública - atendesse - à necessidade intrínseca e fundamental do capital: acumular, acumular sempre” (RODRIGUES, 2007. p.6, grifos meus).

Em uma segunda parte do texto o autor trata do empresários favorecidos pela posição estratégica da política neoliberal. A criação e a composição do Fórum Nacional da Livre-Iniciativa na Educação “indica a emergência e a convivência entre um formato corporativo instaurado e supervisionado pelo Estado e rede de associações civis paralelas, funcionando com autonomia ante o sistema oficial” (RODRIGUES, 2007. p.6). Para o autor tanto a CNI como o Fórum sustentariam a educação como mercadoria.

A terceira e última parte do texto trata do projeto de reforma universitária, apresentada pelo então ministro da educação Tarso Mendes, em julho de 2005. Ao analisar o documento o autor infere que ele reafirma a teoria do capital humano, e defende a fragmentação em forma e conteúdo da universidade o que contraria seu anteprojeto.

Enfim, o autor infere que

“burguesia industrial e governo entendem a educação superior e o conhecimento como elementos fundamentais para o processo produtivo e, portanto, para transformação do país numa economia competitiva. Em última instância, tal compreensão concorre diretamente para os interesses da burguesia industrial mais preocupada na incorporação do

conhecimento como insumo produtivo, isto é, mercadoria-educação, do que como mercadoria final, isto é, educação-mercadoria, tal qual a entendem os empresários do ensino. A solução incompleta, esboçada pelo Executivo para essa contradição, é o estabelecimento da educação superior como um "bem público", isto é, uma mercadoria especial, cuja produção, distribuição e venda deva ser controlada, tal qual medicamentos psicotrópicos. Ora, nesse sentido, a proposta governamental vai de encontro à liberdade mercantil propugnada pela burguesia de serviços educacionais, mesmo que esta tenha sido levada a propor a criação de uma agência reguladora independente" (RODRIGUES, 2007. p.11).

Teresa Adrião e Vera Peroni têm o objetivo de expor as conseqüências do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) na gestão das escolas públicas. Partem da análise de dados empíricos coletados no processo de implantação do PDDE e sua execução no ano de 2004. O estudo justifica-se pois as autoras interessam-se pela aproximação do PDDE com “formatos de gestão da esfera pública comprometidos com as alterações na organização e funcionamento do aparato estatal, tendo em vista a adequação deste às exigências propagadas ou às estratégias adotadas para a manutenção do capitalismo”(ADRIÃO, 2007, p. 255).

A responsabilização do Estado pela crise econômica brasileira nos anos 90 suscitou a transferência de políticas sociais para o denominado setor público não estatal o que se justifica teórica e ideologicamente pela disseminação da chamada Terceira Via – apresentada com referências a Giddens, 2001 - e pela atuação de seu operador nas práticas sociais o Terceiro Setor.

No campo da educação acredita-se que o PDDE estava levando o sistema de ensino a atuar de maneira que as instâncias constitutivas da estrutura estatal se transformassem em entidades juridicamente privadas, isso por causa das estratégias para atender a proposta de descentralização financeira, uma reivindicação antiga da escola pública. Desde 1997 o Programa exigia a existência de Unidades Executoras (UEX) para administrar recursos transferidos por órgãos das diferentes esferas do governo, entidades públicas privadas e outros doadores.

“O Programa reforçou o tom pragmático das políticas educacionais dos anos de 1990, uma vez que a “ampliação da participação, historicamente assumida como possibilidade de uma sociedade civil exercer o controle democrático sobre o Estado, é reduzida ao emprego das energias de usuários e profissionais na assunção em tarefas gerenciais”(Adrião & Garcia, 2005, p. 12) e/ou operacionais. (...) Como conseqüências, tem-se a fragmentação do processo decisório expressa no aprofundamento da dicotomia entre as decisões de natureza

pedagógica e as de natureza financeira”(ADRIÃO & PERONI, 2007, p.261).

A conclusão pronunciada pelas autoras a partir dos depoimentos dos gestores e educadores, ou seja, de pessoas incluídas no sistema educacional, é a de que por um lado as políticas descentralizadoras ganham relevância na medida em que se constituem em pré-condição para o exercício da reivindicada autonomia pedagógica, por outro lado - também concluem – “o pragmatismo a que estão sujeitos os educadores, pela urgência de respostas que o cotidiano da escola forja e exige, tende a minimizar a preocupação com conseqüências de natureza mais geral, como as de natureza política, ou como as que apresentam impactos a longo prazo” (ADRIÃO & PERONI, 2007, p.2613). Verifica-se que como o programa não incluiu na sua fundamentação a democratização da gestão da esfera pública, a participação popular foi pequena na gestão dos recursos repassados.

. O texto “Alfabetização de Jovens e Adultos: política pública e movimento popular” explora o Projeto AJA – Expansão, da Secretaria Municipal de Goiânia (SME), desenvolvido em parceria com a sociedade civil, universidades e outras instituições. O projeto é uma experiência que tenta implantar um novo jeito de “fazer escolar”, tem suas raízes nos movimentos populares, grupos e organizações que, inspirados em Paulo Freire, atuam na alfabetização e ensino básico de jovens e adultos.

“Segundo Pedro Pontual (2003, p. 5), é de fundamental importância que se reflita sobre o (...) papel do Estado e da sociedade civil, pois a prática de parceria entre Estado e sociedade civil numa perspectiva substantivamente democrática requer a união de ambas as vontades políticas e ao mesmo tempo um profundo respeito pela autonomia dos atores e uma clara definição de responsabilidades”(CUNHA, 2007, p. 24).

O projeto tem o intuito de alcançar pessoas reconhecendo entre outros aspectos a diversidade de gênero, étnica e geracional; aspectos como a ligação do sujeito com o mercado de trabalho, com as questões da sobrevivência e geração de renda, e o contato com o conhecimento, que perpassa a inclusão digital. Resumindo o projeto tem uma perspectiva de lutar pelo

“*direito à educação* como parte de uma luta maior, a luta pela universalização do conjunto dos direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais a todos – homens e mulheres, independente da idade, cor, raça -, capaz de assegurar um Brasil alfabetizado, mas também capaz de assegurar justiça, equidade, substantividade democrática para todos seus cidadãos e cidadãs. Pois, se é verdade que educação sozinha não é capaz de construir cidadania, de

transformar a realidade em que vivemos, é também verdade que sem ela a cidadania ativa não se realiza, os seres humanos não se constituem como tal e não percebem que o mundo é feito pelos homens e por eles pode ser transformado” (CUNHA, 2007, p. 27).

É apresentado no texto dois resultados importantes da ação do projeto AJA – Expansão. O primeiro é o diferencial em comparação ao Projeto EJA na SME, com locais e horários de aulas adaptados às necessidades dos alunos, iniciando com o processo de escolarização que é assumido por um professor da rede municipal, podendo funcionar em escolas e até em locais de trabalho com horários de turmas flexíveis. E o segundo é a participação e seleção de educadores, exige-se com isso educadores comprometidos com a política e eticamente com as classes populares com atenção voltada para a prática pedagógica incluindo as condições sócio-histórico-político-econômicas, planejando as aulas considerando a identidade lingüística e cultural dos alunos.

“Não se trata, portanto, de um caminhar teórico-prático em que, lado a lado, num diálogo constante, buscamos observar, escutar, trocar, provocar, confrontar, construir e reconstruir permanentemente a prática, sob a luz do referencial teórico sócio-interacionista em busca da humanização” (CUNHA, 2007, p. 33). O Projeto AJA-Expansão possibilita e fortalece a que a contribuição dos movimentos populares nos sistemas de ensino contribuindo para a política pública como um fator que vem muito a acrescentar e servir a melhora da educação brasileira.

Outro projeto de contribuição para a qualificação de adolescentes e jovens em idade de escolarização rumo a cidadania participativa é a educação ambiental apresentada por Hedy Silva Ramos de Vasconcellos [et al]. A educação ambiental expande-se no Brasil em espaços educativos, aos autores interessaram os seguintes espaços: as universidades, as políticas públicas educativas para a área, as redes de educação ambiental e movimentos sociais.

Na época de setenta do século XX no Brasil, as escolas tratavam a questão ambiental como "uma proposta política de desenvolvimento econômico e científico/tecnológico" (VASCONCELLOS, 2009, p. 32), apenas alguns consideravam o meio ambiente como patrimônio da humanidade. Com o encontro de movimentos educacionais e de movimentos ambientais surgiram práticas não formais da educação ambiental. O processo de conscientização ambiental se consolidou apenas nos anos 2000, nas reformulações o Programa Nacional de Educação Ambiental (PRONEA) e no crescimento do interesse acadêmico desde graduações, pós-graduações até mestrado e doutorado. As políticas públicas brasileiras na área tiveram início em 1973 com a criação da antiga Secretaria do Meio

Ambiente, vinculada ao Ministério do Interior.

As ações foram feitas por meio de inserções nos currículos escolares de educação básica, em material didático, formação de professores, palestras e encontros. O passo mais significativo da legislação foi dado pela inserção da importância da questão ambiental no texto da constituição. No espaço nacional a educação ambiental é estruturada pelo ministério da educação e pelo ministério do meio ambiente, essa relação gerencia diferentes programas para educadores, para estrutura da educação ambiental e eventos sobre o tema.

"A constituição de redes de EA brasileiras tem importante papel na implementação das políticas públicas no campo ambiental. Elas caracterizam-se pelo seu potencial de interatividade e pela democratização da informação, da cultura, do conhecimento, de inclusão social, emancipação política e do exercício da cidadania responsável" (VASCONCELLOS [et al], 2009, p. 38).

Do interesse acadêmico pela educação ambiental formou-se um acervo de pesquisas a respeito do tema são o alicerce dos movimentos sociais pela educação ambiental. O crescimento de interesse efetuado nas pesquisas e estudos sobre educação ambiental acabaram por fortalecê-la, ajudando a ter importância no cenário nacional. O meio ambiente sobrepujou como termo essencial a noção de cidadania, assim os movimentos sociais sobre o assunto se apresentam em maior número e ganham mais destaque, ainda mais na interface com o jovem da atualidade, o qual constrói sua crítica frente ao sistema capitalista atual.

O próximo artigo se difere de todos os que já foram apresentados e daqueles que ainda serão. Ele aborda a juventude na prática política em outro contexto, em outro país. Esse artigo ganha seu lugar nesse trabalho por, mesmo se tratando outro cenário, representar o diálogo mundial dos jovens nos anos de 1960, enquanto o mundo via-se envolvido com a repressão dos governos autoritários. Ainda, esse artigo caberia na seção seguinte que trata das experiências da juventude. Contudo, levou-se em consideração o diálogo sobre o governo e a juventude.

O artigo traz os embates de uma mesa redonda realizada em Paris, nos meses de maio/junho de 1968, sobre a pergunta: Por que os estudantes? Ainda questiona a universidade enquanto forma de reprodução opressiva e discriminatória, que camufla o cerne da questão: as consequências da sociedade industrial tecnocrata que se desenvolvia, e porque não ainda hoje se desenvolve, dominada pelo espírito mercantil.

Segundo Maria Lucia de Amorim Soares e Leandro Petarnella a universidade de 1968 funcionava com uma instituição marginal à sociedade enquanto as transformações sociais

empurravam-na para o centro. A mesa redonda jogava que a universidade situava-se em um contínuo de abstrações, calcada na utilização de esquemas desvalorizados, não aberta a novas ideias, teorias e pesquisas. A crise na universidade de Paris teve uma segunda causa, segundo Serge Jonas, o crescimento demográfico após a segunda guerra mundial levando a insuficiência de equipamentos, professores e ambientes de ensino. Uma terceira causa apresentada seria a superpolitização dos jovens. Foram citadas algumas possíveis causas mundiais, dentre elas luta do terceiro mundo contra o imperialismo e luta dos intelectuais e estudantes dos países socialistas contra a burocracia, o monolitismo, o estanilismo e o dogmatismo.

“Em suma, foi um Movimento “puro”, quase de completa mobilidade, desencadeando uma revolução cultural não sendo cultural, sem chefes, mas com porta vozes. Sem estrutura fixa sua efervescência preencheu o vazio dos lugares universitários” (SOARES, 2009, p. 345). Os estudante reivindicavam voz, sugeriam reforma universitária em que se estabeleceria uma relação sem hierarquia entre estudantes e professores e a construção do conhecimento crítico, desejavam ser cidadãos e ter participação naquilo que sempre foi da sociedade, aproximando o conhecimento e a realidade, o estudo e a realidade profissional.

3.3 Experiências políticas e sociais da juventude

Os artigos que agora serão apresentados correspondem a descrições de perfis da juventude. O primeiro uma análise sobre universitários do curso Serviço Social, a religião e a política, o segundo compara a relação dos estudantes com os partidos e o trabalho voluntário. Chega-se ao trabalho de Rosangela Carrilo Moreno e Ana Maria F. Almeida construído a partir do olhar sobre os jovens envolvidos no movimento *hip hop*. Finalizando esse subtema o artigo a respeito da juventude e o trabalho, relação já comentada em que impera a “descortinização” da independência.

Pedro Simões avalia o perfil dos alunos de serviço social. A maioria são mulheres de camadas baixas e pouco letradas da população, com tendência altruísta, de ajudar ao próximo, o que advém de valores religiosos. Os cursos de serviço social, segundo constata o autor, não tem o cunho religioso, o que se destaca é o caráter político. Os alunos que cursam serviço social são a conciliação entre a religião e a política.

O artigo explora a participação política-cívica, religiosas e voluntária-assistencial desses alunos a partir de seus pertencimentos religiosos: católico, protestante, espírita e sem religião, levando em consideração a conjuntura (se estudava de dia ou de noite, o ano que

estudava e período que estava). Os alunos evangélicos são os que mais participam de suas instituições religiosas, seguidos de católicos e espíritas. Metade dos alunos é participante de instituição religiosa, ou seja em seu mundo privado compartilha valores e ideias religiosas herdadas de sua família. Os alunos evangélicos detiveram um potencial de participação religiosa e identidade com suas religiões bem maior que os demais.

A participação cívico-política referia-se a participação em associação de moradores, partidos ou movimentos sociais. Apurou-se a baixa participação independente do ano observado, sendo que a participação dos alunos sem religião mostrou-se o dobro da participação dos religiosos. Os dados ainda mostram que o descrédito nas políticas partidárias após o início do governo Lula. “Parte dos alunos desiludidos com o PT não transferiram suas preferências partidárias para outros partidos de esquerda, mas deixaram de ter preferência; outro grupo, migrou para outros partidos também vinculados ao ideário da “esquerda”.”(SIMOES, 2007, p. 182).

Os evangélicos/protestantes são os mais participativos em trabalhos voluntários, seguidos de espíritas, católicos e “sem religião”. Chamou atenção o fato do total de participação do grupo sem religião em instituições cívico-política (22,4%) ser praticamente a mesma da participação em trabalhos voluntários-assistenciais (20,5%). O fato de participar de uma instituição religiosa (43%) acarreta em um aumento de 398% na chance de o aluno ser um voluntário, contra aqueles que não participam de nenhum tipo de instituições.

“A ação voluntária perpassa a participação, tanto dos alunos religiosos quanto dos alunos não religiosos. Há, portanto, uma cultura do voluntariado que está implícita entre os alunos de serviço social, seja daqueles com mais participação política, seja dos que estão vinculados a instituições religiosas”(SIMOES, 2007, p.187)

tornando-os um grupo bem distinto, com características marcantes.

Em seu artigo, Lúcia Rabello Castro procura explicar como e porque em uma sociedade tão desigual como a brasileira os jovens participam das construções e das decisões societárias, não descartando nessa perspectiva as implicações subjacentes a cada um.

Para a autora na difícil transição do jovem de uma vida circunscrita nas suas experiências familiares, escolares, institucionais - em que os pais são seus responsáveis por pelas ações dos jovens - para uma vida independente, em que as responsabilidades são diretamente suas é difícil imaginar como o jovem pode aceitar a ideia de atuar em algum momento para o bem público.

A preocupação científica no artigo aparece diante da questão de como se dará a participação política e social do jovem enquanto esse não chega a se interessar por questões objetivas, ou "comportamentos objetivos institucionalizados da política como o voto". A resposta decorre da falta de valores, talvez da falta de incentivo e financiamento, ou mesmo, recursos de mobilização e participação que não estão mais disponíveis.

Para análise da participação da juventude no mundo contemporâneo a autora investigou 25 sujeitos inseridos no trabalho voluntário, entre 18 e 28 anos. Buscou-se as causas, motivos e consequências dessa inserção, "de abraçar uma causa", trabalhando com uma divisão em que as partes não necessariamente são antagônicas: filiados em partidos ou organizações estudantis e engajados no trabalho social e voluntário comunitário. Muito dos jovens filiados a partidos já haviam participado de um trabalho voluntário, assim a associação a um partido representaria uma ruptura no modo de vincular-se a realidade social. A adesão partidária e estudantil dá aos jovens, outra visão de mundo, uma visão mais aprimorada em relação a si, ao futuro e aos outros. O espaço do grupo e de discussões objetiva uma construção coletiva. Já a trajetória os jovens envolvidos em trabalhos voluntários refletiu, para Lúcia Castro, o resgate de sua história pessoal. São sujeitos motivados pela vontade de minimizar a falta de oportunidade da desigualdade social. A relação dessas com os partidos é de desconfiança, em que discussões são vistas como pejorativas.

Na vinculação de ambos os grupos destaca-se: o sentido maior que se tem em relação ao mundo e a inserção na ação coletiva, a família como inspiradora e iniciadora da vida política do jovem ao mesmo tempo em que abriga conflitos por causa da dedicação, as disciplinas que instigaram a crítica nos jovens, a descrença na políticas públicas "democráticas", enfim, a difícil conquista de um espaço onde possam efetivar a mudança social. "Por um lado, os jovens militantes do trabalho social e comunitário apostam na preservação de um *ethos* de transformação de mundo em que todos possam estar consensualmente integrados e harmonizados; por outro lado, os jovens militantes de partidos ou de agremiações estudantis lançam-se à defesa da ação partidária programática e têm que encarar a luta aberta e adversa de diversos grupos de interesse marcados por métodos nem sempre legítimos. Em ambos os grupos, ainda que por caminhos e inserções diferentes, percebe-se o desejo de transformação de um mundo desigual e injusto.

Explicar o indivíduo envolvido em ações coletivas é um tema tratado pelas ciências sociais a partir da segunda metade do século XX. Envolvido nesse tema estão diversas questões como o que é o engajamento político, o que são as ações políticas, quais são os motivadores e mantenedores dos jovens nas lutas políticas, o que reforça, motiva e induz a

ação coletiva. Para propiciar respostas a essas questões as autoras do artigo “O engajamento político dos jovens no movimento hip-hop” analisaram um grupo de *rappers* que se identificam como negros, são atuantes no “movimento hip-hop” de Campinas desde meados dos anos 1990.

O objetivo do artigo figura sobre “compreender o envolvimento do grupo numa atividade artística de protesto e seu desdobramento numa militância estruturada em formato mais próximo daquele das organizações sindicais e partidárias” (MORENO & ALMEIDA, 2009, p.132). Pesquisando sobre as redes sociais e familiares que puderam contribuir para *ação efetiva*, analisando o processo de socialização que consolidaram a disposição para a militância, sobre a interação com as possibilidades objetivas, encontraram duas dimensões políticas no *rap*: uma do DJ (disk-jockey), que se expressa em novos arranjos musicais ou reinvenções de outras já existentes, e outra do MC (mestre de cerimônia), que apresenta letras muitas vezes de cunho político.

No Brasil o rap teve sua primeira representação com o grupo Racionais MC's em 1988. Apesar de algumas produções sexistas e outras românticas, a maioria dos músicos até mesmo para manter-se tem que cantar textos com mensagens políticas de contestação da realidade e de denúncia social. Para descobrir de onde se originou o engajamento no protesto e militância política as autoras reuniram informações a respeito da trajetória do grupo de jovens, seus valores familiares, a moral social, e a trajetória com a escola, o trabalho, a remuneração entre outros. Após as entrevistas perceberam que o *rap* entrou na vida dos jovens a partir da história das famílias, que escutavam música, tocavam instrumentos musicais ou iam a bailes.

“Tudo se passa como se o contato com a música negra de protesto, assim como a experiência do racismo e da privação, quando associados a uma história de mobilidade social ascendente, tenha impulsionado esses jovens a investir suas energias na abertura e exploração de novos espaços. Isso se concretizou tanto na maior intolerância que desenvolveram com relação às suas condições de vida e às experiências por que foram forçados a passar como pela saída que encontraram: criar grupos de *rap* e tornar-se protagonistas do movimento *hip-hop* na cidade” (MORENO, 2009, p.137).

A conclusão a que chegaram foi que os processos de socialização somados a uma determinada situação histórica - em que estavam presentes: a) uma forma artística de protesto e denúncia social, b) uma condição de influência da família na formação profissional com o intuito de superar a escola deficitária e c) um organização particular do movimento *hip-hop* –

foram fundamentais da participação política.

O interesse das produções do período pesquisado direcionou-se também pela relação jovem trabalho. Entrar no mercado de trabalho implica na juventude um sentimento de dignidade. As desigualdades sociais acabam definindo as oportunidades dos jovens segundo a classe social (as condições sócio-econômicas) concretizando a estratificação social. O assunto trabalho remete à responsabilidade mais cedo na vida ou independência tardia; a entrar na faculdade ou não; a lidar com depender de suas escolhas ou permanecer com a possibilidade de responsabilizar outrem por seus atos.

Em um cenário de novos conceitos, valores e expectativas os jovens ao se defrontarem com um mundo onde percebem que estão como protagonistas ficam inseguros e sentem-se despreparados para atuar. O artigo de Raitz tratou de estratégias traçadas pelos jovens para lidar com trabalho, educação e família. Verificou-se que quase todos os jovens moram com a família, e a família apareceu como prioridades em suas vidas.

“Nota-se a condição e o grave problema que permeiam a vida desses jovens: o trabalho informal, o subemprego de baixa remuneração, a desvalorização, a falta de qualificação profissional, a falta de orientação vocacional e, sobretudo, a falta de oportunidade de ingresso no mercado de trabalho” (RAITZ, 2008, p. 412)

Nesse sentido, entende-se que o trabalho para esses jovens pesquisados significa um meio para a obtenção da cidadania, para a conquista de direito, de autonomia enquanto a escola se apresenta como lugar que não se interessa pelos problemas dos jovens, punindo quando se saem mal nas provas. Fazem-se necessários investimentos econômicos que aproximem o mundo escolar do espaço no mercado de trabalho. É necessário investir em pontes que facilitem essa ligação, principalmente em políticas para jovens que precisam trabalhar de dia e estudam à noite. O conhecimento se apresenta como oportunidade de crescimento.

3.4 Panorama brasileiro

Segue nesse tópico a apresentação de textos que permeiam o cenário político-educacional brasileiro. Percebe-se que o interesse está nos estudos sobre o nível superior, consequência das manobras acentuadas das políticas brasileiras de articulação e desenvolvimento desse nível do ensino nos últimos anos.

Os artigos tratam da sustentação da educação brasileira precária em meio ao nível de desenvolvimento econômico brasileiro. Para mascarar o registro da educação oferecida que não tem muita qualidade e com o interesse sobrepujante na economia o governo investiu no ensino superior. A tendência ao ensino superior remete ao antigo ensino técnico que também está se revigorando depois de um período de esquecimento.

Os autores em geral criticam essa política porque não tem como foco a promoção da educação, mas sim satisfazer uma necessidade da economia por profissionais que preencham as vagas não correspondidas no atual mercado de trabalho – um resultado da falta de especialização da população. As consequências negativas são várias entre elas o desemprego estrutural que no futuro pode haver e a difusão de diplomas nas mãos de quem não adquiriu conhecimento.

Por fim, apresenta-se a vulnerabilidade da população jovem em relação à violência na descrição do texto de Roseli Lopes. Pela falta de políticas educacionais que mantenham o jovem na escola ou em atividades que instiguem seu desenvolvimento intelectual o jovem é a parcela da população que mais é vítima da violência. O artigo nos mostra o quanto é estreita a reação da educação e da violência nos destinos dos jovens.

Registra-se no primeiro trabalho que o Brasil é uma importante referência para avaliar a situação da educação superior dos países em desenvolvimento devido às diversas mudanças proporcionadas nesse âmbito – ProUni e políticas de cotas.

Pretendendo fazer uma análise do acesso e equidade à educação superior, os autores do artigo “Acesso, expansão e equidade na educação superior: novos desafios para a política educacional brasileira” exploraram três questões: a) o processo de expansão do ensino superior tem assegurado verdadeira democratização do acesso à educação superior de qualidade? b) em que medida a diferenciação da oferta de oportunidades de educação pós-secundária e superior são instrumentos de democratização do acesso? c) como e em que extensão as políticas de inclusão social estimulam a democratização do acesso e a qualidade do ensino oferecido?

A luz da globalização e da emergência da sociedade do conhecimento o Brasil proporcionou a expansão do ensino superior, contudo esse projeto de formar pessoas capazes de inserir o Brasil na categoria de país emergente e no futuro um país desenvolvido se vê prejudicado pela fração do ensino que ficou a desejar – o ensino fundamental e médio. Dados de repetência, evasão, número de alunos que terminam os estudos do ensino fundamental e médio, número de alunos que estão estudando segundo a faixa etária, os projetos que o governo desenvolve para suprir a educação, entre outros comprovam que mesmo com

investimentos e programas de todos os tipos em educação ainda é baixo o nível de desempenho educacional.

O artigo verifica que a razão principal da iniquidade do acesso ao ensino superior continua sendo o insucesso dos níveis anteriores de ensino com relação à inclusão social (NEVES, 2007, p. 138). Dentro da idade esperada para os jovens cursarem o ensino superior, entre 18 a 24 anos, dentre aqueles que estudam 19, 42% dos jovens cursam o ensino fundamental, 47,56 o ensino médio e 33,02 o ensino superior (Fonte - PNAD/IBGE, 2004). A expansão recente revela que o acesso à educação superior ainda se mostra bastante concentrado nos jovens das camadas de faixas de renda alta e média e estão sob a égide do ensino privado (NEVES, 2007, p. 147).

Sobre os dados sobre a expansão do ensino superior, além da baixa significância que se constatou para o processo de democratização, identificou-se uma forte evasão, uma vez que, em média, 1/3 dos ingressantes não se formam no tempo previsto, e um crescente aumento no número de alunos que arcam com o ensino superior privado. Nesse artigo, também se verificou a importância da diversificação do ensino superior com novos tipos de IES como os centros universitários e centros de formação e educação tecnológica, e a oferta de cursos de duração distinta da tradicional graduação, cursos sequenciais de formação específica e cursos tecnológicos.

Apesar do acesso ao nível fundamental ter crescido são poucos os que se formam, e esse número diminui quando se trata do ensino médio, o que acaba por comprometer a capacidade daqueles que chegam ao nível superior, em que a oferta maior é do setor privado.

“Com efeito, democratizar o acesso e alcançar uma maior equidade na oferta educacional passa pela elevação, não só do tempo de escolarização da população mas, sobretudo, da urgente necessidade de melhorar a qualidade da educação básica que é oferecida (NEVES, 2007, p. 155).

No cenário do século XX um dos acontecimentos marcantes foi a expansão do nível superior na Europa e nos EUA o que se justificou segundo quatro tendências - econômica, sociológica, política e cultural (K. H. Jarusch, 1983) - em uma lógica de demanda por força de trabalho especializada e educacionalmente credenciada, emergência da “nova classe média”, incorporação de setores marginalizados e o ideal de auto-aprimoramento, respectivamente. Esta expansão se estendeu para outros países e de 1960 a 1995, crescendo o número de estudantes de educação superior do planeta seis vezes graças à abertura a mecanismos e

sistemas institucionais alternativos.

No entanto, segundo Prates (2007), o crescimento da expansão dos sistemas de ensino não tem sido suficientes para quebrar padrões estruturados de desigualdade. De 1960 a 1980 o número de matrículas mostrou-se um pouco mais de nove vezes maior para instituições públicas e 21 vezes maiores no caso de instituições privadas. O modelo de expansão do nível superior brasileiro deu-se principalmente no ensino privado o que leva a reprodução da desigualdade. Utilizando-se do estudo de Michel Hout (1988), realizado nos EUA, o qual demonstra que o efeito de se ter completado o nível superior anula os efeitos do status de origem sobre o status de destino para a população como um todo, Prates (2007) reforça a tese meritocrática de mobilidade social para as sociedades industrializadas.

Antônio Prates (2007) constatou que, no Brasil, nem mesmo o acesso ao nível superior diminui o efeito do status socioeconômico do pai sobre o status socioeconômico do filho, ao contrário, a posse de um certificado de nível superior aumenta a influência do status do pai na definição do status que obterá na estrutura ocupacional. Para explicar tal situação o autor apresenta duas teorias: a teoria de M. Granovetter (1974,1995) a qual sugere que as redes sociais constituem um fator crucial para a alocação de indivíduos na estrutura ocupacional e a de Pierre Bourdieu (1986) que propõe que o capital social dos indivíduos é um forte determinante de suas chances de mobilidade na estrutura ocupacional. Evidencia-se, portanto, que as redes de relações sociais brasileiras são fortemente relacionadas ao *status* e funcionam como um capital social vinculando certo destino, o que corrobora para a tendência mundial de que a expansão do ensino superior como instrumento para a democratização não confrontou suficientemente as barreiras das classes sociais.

A análise de Severino (2008) apresenta a cultura universitária brasileira que começou na terceira década do século XX e apresenta-se em duas vertentes: uma sobre a herança do ensino superior do Império (faculdades de direito, medicina e engenharia) e outra sobre caráter isolado e dependente administrativamente.

Antônio Joaquim Severino defende a Universidade como mediação entre a cidadania, individualmente, e a democracia, coletivamente, através da produção e disseminação de conhecimento. Segundo o autor, o Brasil se encontra em um contexto de globalização mundial liderado pela economia capitalista neoliberal, o que concorda com o artigo de Antônio Prates (2007): “O estado precede a nação, tornando-se um estado capitalista economicamente e corporativo socialmente” (SEVERINO, 2008. p. 77). Segundo essa configuração política e econômica a educação é entendida diante da égide da Teoria do Capital Humano.

O ensino superior tem respaldo na legislação iniciando-se na Constituição de 1988, do

artigo 43 ao art. 57, listados finalidades, definidos cursos e programas, regras de transferências e de emissão de diploma, manutenção das instituições federais além de outras especificidades. A legislação sobre educação contou com mais alguns reforços, o Plano Nacional de Educação (PNE), em 2001, e o Plano de Desenvolvimento da Educação, em 2007. Ainda em 2007,

“o governo instituiu o Reuni, Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, visando ao aumento do número de vagas para o ingresso de estudantes, redução da evasão, maior mobilidade estudantil e maior interação entre as universidades e o ensino básico, profissional e tecnológico. (SEVERINO, 2008, p. 82).

Todos os projetos do governo, entre legislação, planos e programas, acabam criando expectativas que o cidadão não é correspondido visto que não há projetos político-educacionais orgânicos para implementação de todas as metas e diretrizes traçadas pelos governantes. Enfim, a educação universitária enfrenta os dilemas gerais da educação pública,

“entre uma educação pautada nas premissas da teoria do capital humano e uma educação que se quer identificada com a teoria da emancipação humana, entre uma educação que se coloca a serviço do mercado e uma outra que se quer a serviço da construção de uma condição de existência mais humanizada, onde o trabalho é uma mediação essencial do existir histórico das pessoas e não um mero mecanismo da produção para o mercado”(SEVERINO, 2008, p. 87).

A crítica mais marcante sobre política educacional brasileira é a educação como um interesse da economia. Nesse contexto estão o ensino tecnicista e as universidades corporativas. O artigo de Marco Wandercil da Silva e Newton César Balzan analisa as universidades corporativas em que o conhecimento é o fator de produção mais importante. O artigo preocupação com a difusão do conhecimento fornecido nas organizações empresariais contextualizada pelas políticas neoliberais que instigam o acultramento e o consumismo.

Apesar de serem criadas na década de oitenta nos Estados Unidos as UC's somente no a partir dos anos 90 se estabeleceram como alternativa no Brasil. No início esta alternativa soou como boa a todos os envolvidos, no entanto, o caráter exclusivista que tomou priorizando o aprendizado às necessidades da empresa em detrimento da formação humanística tornou esse tipo de educação preocupante do ponto de vista político e social. O autores muito se preocupam com a mudança que as universidades corporativa podem gerar

nas universidades tradicionais, principalmente em conjunto com as políticas neoliberais. “O Ensino Superior tem sofrido diversas pressões por parte do mercado para se estabelecer como canal de disseminação da ideologia neoliberal por meio dos conceitos de competências” (SILVA & BALZAN, 2007, p. 238).

Defende-se que a educação é “como um investimento financeiro especulativo”, citando Santos (2001), há

“a valorização da técnica em si e não do fenômeno técnico. Isso conduz a dar ênfase ao treinamento, que não é educação. O treinamento consiste em preparar rapidamente a mão-de-obra para tarefas que às vezes deixam de ter razão de ser, enquanto que a educação é algo que instrumentaliza o homem para ser mais e melhor cidadão, para entender mais e melhor o mundo, para se tornar um ser humano na sua plenitude. Nas condições atuais há uma insistência nesse aspecto instrumental da educação, em detrimento do aspecto propriamente formativo e isso se vê na proliferação de cursos noturnos, os cursos de correspondência, os telecursos, que são formas simplórias que podem enganar as pessoas durante algum tempo, mas não facilitam a incorporação a uma vida plena, que é o objetivo da educação. (SANTOS, 2001, p. A4 apud SILVA & BALZAN, 2007, p. 246).

A crítica ainda recai sobre a perspectiva de que o trabalhador atual tende não só a vender sua força de trabalho com também a sua competência, ou seja, seus planos de melhorar-se profissionalmente aprendendo e inovando. As empresas não sendo instituições de ensino reconhecidas, criam um sistema próprio que atende às necessidades e estratégias de mercado, em paralelo aos ambientes legalmente definidos pelo MEC.

Maria Helena S. Patto chama atenção para o sucateamento da educação gerida pela escola. Trata-se de uma crítica a todo o conjunto escolar, aos professores, aos políticos, à comunidade, aos alunos, ou seja, uma crítica contra a manutenção da precariedade do ensino em que pessoas ao terminar o ensino fundamental e também o ensino médio mal sabem ler e escrever.

A crítica se direciona também a organizações não-governamentais que tentam complementar o ensino implementando noções cívicas e morais por meio de oficinas de artesanato, culinária, noções de algum esporte em “chave assistencialista e à guisa da “inclusão social”. O que eles proporcionam é a “inclusão marginal”. (PATTO, 2007)

Por vezes cresce o número de redes de ensino superior privado de qualidade duvidosa e de ingresso fácil. Criou-se na sociedade a farsa do diploma como constituinte intelectual e cidadão. A autora ilustra a discussão com o fato de 2006 em que a marginalização da educação na sociedade brasileira estampou-se nas campanhas políticas de dois deputados

federais que tinham como *slogans*: “uma sala de aula a mais, uma cela a menos” e “educar crianças para não precisar punir adultos”. Com isso insiste na ocupação de jovens pobres sob a égide de um diploma ilusório que não garantir-lhes-á emprego em época de desemprego estrutural.

A autora ilustra a configuração atual da educação brasileira como os pareceres de Rui Barbosa sobre a Reforma Ensino Primário, Secundário e Superior (1882-1883). Em perspectiva que a escola é a mantenedora da ordem social, sem o intuito de constituir uma historiografia a autora percorre desde o marques de Pombal, passando pela obrigatoriedade do ensino em 1879 como instrumento de segurança pública, até a dissolução da ordem imperial e modernização do cotidiano escolar por Rui Barbosa. No Primeiro Império quase nada se fez no plano da instrução pública, fato coerente com o absoluto desprezo de governantes portugueses e brasileiros, liberais ou não, pela cidadania. Em 1886, a Comissão encarregada pelo barão de Mamoré declarou a situação de sensível decadência de todos os graus de ensino.

Diante da experiência escolar que vive o Brasil, hoje, percebe-se que a situação do Império era melhor do que a atual uma vez que eles não podiam contar com a experiência histórica. A educação brasileira vive uma reprodução das deficiências no sistema de ensino que tem suas origens na época do Império.

Roseli Lopes trabalha a violência no contexto dos jovens. Apresenta índices de Waiselfisz (2007) sobre a diferença nas causas de mortalidade entre jovens e não-jovens: as causas naturais (doenças) são responsáveis por 27,2% das mortes entre os jovens, no grupo não-jovem representam mais de 90,2%. Já as causas externas, para os não-jovens respondem por 9,8% dos óbitos, enquanto para os jovens são responsáveis por 72,8% da mortalidade.

Roseli ressalta duas perspectivas da relação dos jovens com a violência a partir da distinção que a sociedade institui: uma de que o jovem é bastante vítima da violência, e a outra, ao mesmo tempo, o jovem que mais é agente nessa patologia social. Essas causas externas englobam acidentes de transporte, homicídios e suicídios, sendo que estes últimos, de forma isolada, são responsáveis por mais de 61,3% das mortes dos nossos jovens.

A situação que a autora apresenta permitiu um diagnóstico situacional da juventude e seu contexto comunitário e escolar. Identificou-se a falta de assistencialismo para a promoção e apropriação de direitos e para o estabelecimento da autonomia dos jovens diante de seus futuros e expectativas de crescimento. A autora promove uma crítica diante das ações assistencialistas que promovem a concretização da situação marginal e não imputam no jovem instrumentos para a sua ascensão como cidadão, não promovem um conjunto de conhecimento que possa conscientizá-lo da sua capacidade de ir além das barreiras de classe e

de sua situação “inferior” na sociedade.

A exemplo dos jovens no Centro Comunitário e no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) ou das meninas que vem seu destino traçado em serem “cuidadoras” da família ou dos filhos, a juventude em situação de vulnerabilidade não exerce o direito de desejar no espaço públicos outros afazeres ou possibilidades. O acesso ao sistema de ensino, na concepção da autora, é um sistema que possui muitos desafios a serem superados no que diz respeito à verdadeira universalização do ensino, que inclui, além do acesso, a permanência, a progressão e a conclusão, obedecendo a padrões mínimos estabelecidos de qualidade, em idade adequada (LOPES, 2008, p. 73). é primordial para suscitar nesses jovens a formação cidadã, dando-lhes o direito de explorar o mundo.

O último artigo sobre um retrato brasileiro trabalha com um tema peculiar. Trata-se de uma reflexão a cerca das especificidades da socialização e da formação dos filósofos durante suas atuações políticas, especificamente o interesse recai sobre a relação entre educação, militância política católica e filosofia no Brasil.

A primeira característica da amostra que chama atenção é o volume de capital financeiro e cultural dos agentes recrutados pelos principais assistentes intelectuais, os religiosos da Ordem de São Domingos e da Companhia de Jesus, para a formação do seu laicato. Com exceção de dois dos 17 entrevistados, todos foram recrutados nas escolas públicas e privadas de elite, eram estudantes universitários bancados pela família.

O interesse da igreja católica em recrutar um corpo pensante era fazer frente aos líderes políticos e intelectuais militantes dos partidos comunista e socialista, que ganhará espaço, sobretudo, no final da década de 1950 (FERREIRA, 2009, p. 117). A oportunidade de cursar doutorado em filosofia no exterior de muitos filósofos foi devido a participação nos movimentos religiosos e militantes. Por seu objeto o artigo apresentou conclusões a cerca da contribuição desses estudantes de filosofia para a própria filosofia como “1) a criação de espaços de discussões de Filosofia e de reconhecimento e garantia social para os praticantes da disciplina no sistema universitário do país (SEAF e ANPOF); 2) a criação de espaços de difusão do conhecimento e a formação de um público específico (revistas especializadas em Filosofia; 3) a constituição de um corpo de professores especializados, produtores e transmissores de novas formas de filosofar.”(FERREIRA, 2009, p.125).

3.5 Mídia e educação cidadã

Os dois trabalhos seguintes são de Juvenal Zanchetta Jr. o qual investiga a relação da

mídia no contexto escolar defendendo que essa pode colaborar para o conhecimento do currículo e a formação de cidadãos. No primeiro artigo tem o intuito de esboçar um panorama da evolução dos estudos sobre a influência midiática e a educação nas escolas brasileiras tendo como enfoque dois aspectos: a formação histórica-política do professor e a delimitação de um espaço para tratar de cidadania. No segundo artigo defende que os meios de comunicação associados à escola serviriam para a formação da cidadania.

A recepção da mídia nas escolas foi estabelecida em três momentos, um primeiro em que a escola considerava a mensagem dos meios de comunicação “injeção hipodérmica”, em que existia diante da televisão um receptor passivo. Já nos anos da década de 1960, a informação da mídia serve na formação dos sujeitos, ainda interpretada com veículos de inculcação de valores imperialistas. “A mídia é vista como instrumento indutor de passividade intelectual e de ajuste a valores totalitários” (ZANCHETTA, 2007, p. 1457). Em uma distinta terceira fase que percorre os dias atuais a relação entre os meios de comunicação, as crianças e os jovens têm um enfoque mais reflexivo de tal modo que o receptor é quase refém da mídia.

O sujeito que recebia as informações passa a ser estrutura que rege a comunicação, as linguagens são observados como códigos de diversas esferas como política, estética, cultural etc. O receptor participativo “efetuará uma permanente “negociação dos sentidos”, a ponto de rever sua própria história a partir da interação com os meios, e também de nortear, como sujeito, o papel da mídia” (ZANCHETTA, 2007, p. 1460). Segundo Martín Barbero haveria uma constante ressignificação das informações passadas pela mídia.

Atualmente, segundo Zanchietta, os estudos midiáticos para a escola não ultrapassaram a sugestões de manipulação e de apoio didático. No que concerne aos professores a preparação para lidar com os recursos da mídia é ainda um prematuro, “um objeto ensaístico”.

A “Educomunicação” por um lado é um estudo auto-suficiente por outro contribui para o crescimento de prática escolares isoladamente e ainda bastante descredibilizado. Apesar de a educação a partir da utilização da mídia e da administração de empresariado ser desacreditada ganha corpo em um discurso marcado por questões de cidadania e conscientização social. A escola parece ser nos dias de hoje o único meio de proporcionar um distanciamento reflexivo frente aos meios de comunicação e também um meio “impar” para dar voz a comunidade vulnerável.

O autor trata de dois discursos que procuram aproximar a mídia da escola. O primeiro um discurso externo ancorado sobre a representação de que a mídia na escola fornece um

contato maior com a vida real, o segundo está pautado na ideia de autonomia do sujeito receptor, vertente da academia.

Não só os meios de comunicação influenciam os rumos da educação, como também fornece conhecimento como conteúdos lançados e pesquisados pela mídia em forma de documentário e de reportagens sobre os mais diversos assuntos como jovens, biologia, adolescência, drogas, política. “Conteúdos generalistas tendem a ser substituídos por conteúdos com funções sociais mais imediatas. A ideia de cidadania, por exemplo, passa a incorporar a proposta de “competitividade” e a conscientização precoce em relação a temas políticos da vida adulta” (ZANCHIETA, 2008, p. 143).

Defende o autor que a mídia nas escolas é como um instrumento que favorece a absorção dos conteúdos pelos mais diversos tipos sócio-econômicos de alunos. É um instrumento também nesse sentido de levar a matéria escolar para a vida cotidiana. A escola pode aproximar o contato dos jovens com a cidadania, trata-se de uma cidadania precoce que pode estimular a integração política e comunitária.

Um desafio da implementação midiática na escola é a formação de professores para atuar nessa dinâmica, o autor declara que a um distanciamento dessa temática nos cursos de licenciatura, sendo apresentado apenas àqueles que fazem comunicação. Os estudos acadêmicos que envolvem mídia e educação, bem como a formação de professores e as proposições oficiais para o enfrentamento desse campo permanecem externos ou pouco integrados à experiência da escola.

Outra justificativa do autor para a inserção da mídia na escola é a de que a escola sozinha não consegue acompanhar a os caminhos globalizados e instruir os futuros cidadãos, tendo em vista que se não problematizar-se as informações dos meios de comunicação, essas tendem a corroborar para a lógica econômica que tendem a diminuir o papel da escola. “A escola é vista - no artigo - como o mais abrangente equipamento público potencialmente capaz de operar com a “era da informação”, sem a plena submissão a ela” (ZANCHIETTA, 2008, p. 155, grifos meus).

CONCLUSÃO

Educação e cidadania são temas abrangentes tratados pelas ciências sociais pelas mais diversas perspectivas. Tratar de política na configuração brasileira repercute em governo e apropriação da sociedade de valores e atitudes de engajamento ao que diz respeito a representação coletiva. Focalizar a juventude em envolvimento com a política e a sociedade remete a estudar a expressão do momento em que a sociedade vive. Interessa na perspectiva da participação social e política como a juventude aproxima-se de valores e virtudes para se empenhar ou se afastar das manobras políticas e da democracia.

Ensinar a juventude a ser cidadão está na conclusão dos artigos. A cidadania é um exercício que ultrapassa o ensino técnico e os diplomas de fácil acesso, estar em usar os instrumentos da democracia questionando e agindo frente às manobras ambiciosamente econômicas do governo. A participação dos jovens no cotidiano da nação é instigado pela coragem e astúcia comuns nessa fase de desenvolvimento da vida.

O cenário neoliberal da política capitalista brasileiro favorece a vulnerabilidade do jovem à violência. Aprender com o passado e lutar contra a reprodução do passado como o permanente número de evasão e reprovação escolar é sugerido pelos autores para que se possa fundamentar a pretensão de que a juventude tenha uma postura mais participativa nas decisões políticas do Estado-nação.

Cabe a nação como dinâmica do Estado requerer novas configurações brasileiras para a educação cidadã. Nas escolas metodologias, implementação de projetos, aproximação da letra da legislação com a prática são medidas que podem estimular o desenvolvimento do interesse dos indivíduos pelo cuidado com o bem comum.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADRIÃO, Theresa & PERONI, Vera. **Implicações do Programa Dinheiro Direto na Escola para a gestão da escola pública.** *Educ. Soc.* [online]. 2007, vol.28, n.98, pp. 253-267. ISSN 0101-7330.

AFONSO, Almerindo Janela and RAMOS, Emílio Lucio-Villegas. **Nation-State, Education and Citizenships in Transition.** *Rev. Port. de Educação*, Jan. 2007, vol.20, no.1, p.77-98. ISSN 0871-9187.

AMES, José Luiz. **Maquiavel e a educação: a formação do bom cidadão.** *Trans/Form/Ação* [online]. 2008, vol.31, n.2, pp. 137-152. ISSN 0101-3173.

ARENDT, Hannah. **Que e política? (o).** 3. ed. Rio de janeiro: Bertrand Brasil, 2002. 238 p ISBN 85-286-0640-6

BAQUERO, Marcello. **Democracia formal, cultura política informal e capital social no Brasil.** *Opin. Publica* [online]. 2008, vol.14, n.2, pp. 380-413. ISSN 0104-6276

BAUER, Martin W; GASKELL, George (Coord.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático.** [7. ed.]. Petrópolis: Vozes, [2008]. 516 p. : ISBN 9788532627278

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita; LAMOUNIER, Bolívar; WEFFORT, Francisco C.. **Direito, cidadania e participacao.** Sao paulo: T A Queiroz, 1981. 269 p

<http://tel.archives-ouvertes.fr/tel-00438866/en/>

CASTRO, Lúcia Rabello de. **Participação política e juventude: do mal-estar à responsabilização frente ao destino comum.** *Rev. Sociol. Polit.* [online]. 2008, vol.16, n.30, pp. 253-268. ISSN 0104-4478.

CUNHA, Alda Maria Borges; RODRIGUES, Maria Emilia de C. and MACHADO, Maria Margarida. **Alfabetização de jovens e adultos: política pública e movimento popular.**

FORACCHI, Marialice M. **Juventude na sociedade moderna(a).** Sao paulo: Pioneira, 1972. 168 p

FORACCHI, Marialice M. **O estudante e a transformação da sociedade brasileira**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1965. xiii, 318 p. ;

GOODE, William Josiah; HATT, Paul Kitchner. **Métodos em pesquisa social**. 7. ed. São paulo: Cia Ed Nacional, 1979. 488 p.

GOULART, Flavio A. A.. **Representações sociais, ação política e cidadania**. *Cad. Saúde Pública* [online]. 1993, vol.9, n.4, pp. 477-486. ISSN 0102-311X.

LOPES, Roseli Esquerdo et al. **Juventude pobre, violência e cidadania**. *Saude soc.* [online]. 2008, vol.17, n.3, pp. 63-76. ISSN 0104-1290.

HAGUETTE, Teresa Maria Frota. **Metodologias qualitativas na sociologia**. 11. ed. Petropolis: Editora Vozes Ltda, 2007. 224 p.

MORENO, Rosangela Carrilo & ALMEIDA, Ana Maria F. **O engajamento político dos jovens no movimento hip-hop**. *Rev. Bras. Educ.* [online]. 2009, vol.14, n.40, pp. 130-142. ISSN 1413-2478.

NEVES, Clarissa Eckert Baeta; RAIZER, Leandro & FACHINETTORochele Fellini. **Acesso, expansão e equidade na educação superior: novos desafios para a política educacional brasileira**. *Sociologias* [online]. 2007, n.17, pp. 124-157. ISSN 1517-4522

PACHECO, Sandra Simone Morais. (2008) **O hábito alimentar enquanto um comportamento culturalmente produzido**. In: M.C.S. Freitas, G.A.V. Fontes e N. Oliveira (Orgs). *Escritas e narrativas sobre alimentação e cultura*. Salvador: EDUFBA. p. 217-238.

PATTO, Maria Helena Souza. **"Escolas cheias, cadeias vazias" nota sobre as raízes ideológicas do pensamento educacional brasileiro**. *Estud. av.* [online]. 2007, vol.21, n.61, pp. 243-266. ISSN 0103-4014

PEREIRA, Luis, 1933-; FORACCHI, Marialice M. **Educação e sociedade: Leituras de sociologia da educação**. 8. ed. São paulo: Companhia Editora Nacional, 1977. 449 p.

PRATES, Antônio Augusto Pereira. **Universidades VS terciarização do ensino superior: a lógica da expansão do acesso com manutenção da desigualdade: o caso brasileiro**. *Sociologias* [online]. 2007, n.17, pp. 102-123. ISSN 1517-4522.

RAITZ, Tânia Regina & PETTERS, Luciane Carmem Figueredo. **Novos desafios dos jovens na atualidade: trabalho, educação e família**. *Psicol. Soc.* [online]. 2008, vol.20, n.3, pp.

408-416. ISSN 0102-7182.

RIBEIRO, Ednaldo Aparecido. **Cultura política, instituições e experiência democrática no Brasil.** *Rev. Sociol. Polit.* [online]. 2007, n.28, pp. 205-219. ISSN 0104-4478.

RIZZINI, Irene; PEREIRA, Luciléia & THAPLIYAL, Nisha. **Percepções e experiências de participação cidadã de crianças e adolescentes no Rio de Janeiro.** *Rev. katálysis* [online]. 2007, vol.10, n.2, pp. 164-177. ISSN 1414-4980.

RODRIGUES, José. **Frações burguesas em disputa e a educação superior no Governo Lula.** *Rev. Bras. Educ.* [online]. 2007, vol.12, n.34, pp. 120-136. ISSN 1413-2478.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **O ensino superior brasileiro: novas configurações e velhos desafios.** *Educ. rev.* [online]. 2008, n.31, pp. 73-89. ISSN 0104-4060.

SCHRADER, Achim; MALWITZ-SCHUTTE, Magdalene; SELL, Jorgen. **Introdução à pesquisa social empírica: um guia para o planejamento, a execução e a avaliação de projetos de pesquisa não experimentais.** Porto Alegre: Globo, 1974. 275 p.

SIMOES, Pedro. **Religião e política entre alunos de serviço social (UFRJ).** *Relig. soc.* [online]. 2007, vol.27, n.1, pp. 175-192. ISSN 0100-8587

SILVA, Marco Wandercil da & BALZAN, Newton César. **Universidade Corporativa: (Pré-) tendência do Ensino Superior ou ameaça?.** *Avaliação (Campinas)* [online]. 2007, vol.12, n.2, pp. 233-256.

SOARES, Maria Lucia de Amorim & PETARNELLA, Leandro. **1968, o ano que ainda faz pensar: intelectuais indagam sobre a irrupção dos jovens na sociedade industrial.** *Avaliação (Campinas)* [online]. 2009, vol.14, n.2, pp. 337-350. ISSN 1414-4077.

TORRES, Ana Paula Repolês. **O sentido da política em Hannah Arendt.** *Trans/Form/Ação* [online]. 2007, vol.30, n.2, pp. 235-246. ISSN 0101-3173.

VASCONCELLOS, Hedy Silva Ramos de; SPAZZIANI, Maria de Lourdes; GUERRA, Antônio Fernando Silveira & FIGUEIREDO, João Batista de Albuquerque. **Espaços educativos impulsionadores da educação ambiental.** *Cad. CEDES* [online]. 2009, vol.29, n.77, pp. 29-47. ISSN 0101-3262.

ZANCHETA Jr, Juvenal. **Apontamentos para uma política educacional sobre mídia na**

escola brasileira. *Pro-Posições* [online]. 2008, vol.19, n.1, pp. 141-158. ISSN 0103-7307.

ZANCHETTA JR., Juvenal. **Estudos sobre recepção midiática e educação no Brasil.** *Educ. Soc.* [online]. 2007, vol.28, n.101, pp. 1455-1475. ISSN 0101-7330.